escelsa energias do brasil

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA
Companhia Aberta - CNPJ nº 28.152.650/0001-71

ENBR3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE Carteira 2008 - 2009

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Em 2008, o Estado do Espírito Santo continuou o processo de sua expansão econômica, evidenciada por grandes investimentos em setores estratégicos como siderurgia, transporte, logística, mineração, petróleo e gás, com destaque para o início da exploração de petróleo do pré-sal, inauguração do trecho do gasoduto Cabiúnas-Vitória, descoberta de petróleo tipo leve em dois poços da camada pré-sal, inauguração da 3ª Pelotização da Samarco e o início de operação do Laminador de Tiras a Quente (LTQ) da Arcelor Mittal Tubarão.
A produção industrial registrou um crescimento de 14,8% até setembro, invertendo essa tendência no quarto trimestre, em decorrência do agravamento da crise financeira e econômica mundial, tendo encerrado o ano com uma taxa de crescimento acumulada de 5,6%, com destaque para a indústria extrativista mineral, metalurgia básica e minerais não metálicos.
A energia distribuída pela Escelsa apresentou um crescimento de 1,9%, sendo 4,3% relativo aos clientes cativos e -1,6% relativo aos clientes livres, atingindo 8.652 GWh no ano. Verificou-se um expressivo crescimento no fornecimento de energia elétrica às classes rural e residencial de 8,6% e 6,5%, respectivamente. O número de clientes teve um crescimento de 4,5%, totalizando 1.144.085.
A receita operacional líquida cresceu 5,8% e os gastos operacionais gerenciáveis reduziram 6,4%, em relação ao ano anterior. Como conseqüência, o EBITDA teve um crescimento de 8,5%, alcançando o valor de R$ 275 milhões.
O reajuste tarifário periódico, que ocorreu em 7 de agosto, reposicionou as tarifas da Escelsa em 12,17%. Com ajustes financeiros e recuperação tarifária de períodos anteriores, o reajuste médio nas contas dos clientes cativos foi de 7,13%.
Os investimentos na expansão e melhoria da rede, associados ao aumento da demanda e ao Programa Luz para Todos, bem como os aplicados nos sistemas de gestão, automação e medição, atingiram o valor de R$ 219 milhões, 23% superior ao ano anterior, reafirmando o compromisso da Empresa com o desenvolvimento econômico e social do Estado e colocando a Escelsa como uma Empresa de vanguarda no campo da modernização tecnológica. De referir o cumprimento integral do Programa Luz para Todos, uma parceria da Escelsa, Governo do Estado do Espírito Santo e Governo Federal, que superou as metas comprometidas com o Ministério de Minas e Energia e Aneel. Em 2008, foram construídas as subestações de Lameirão e Paulista, agregando potência de 24 e 50 MVA, respectivamente.
Os principais indicadores técnicos, que medem a continuidade no fornecimento de energia elétrica aos clientes, como DEC e FEC, que representam a duração e a freqüência dos desligamentos, respectivamente, apresentaram níveis de qualidade superiores àqueles requeridos pela Aneel.
No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Projeto "Comunidade Eficiente", visando aumentar a eficiência energética, combater o desperdício e reduzir as perdas não técnicas em unidades consumidoras de 61 bairros da Grande Vitória, promovendo, em parceria com as comunidades carentes, ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica. Foram doadas 105 mil lâmpadas fluorescentes eficientes, em substituição às incandescentes, 6 mil padrões de entrada de energia, 4 mil kits com interruptores, tomadas e bocais e sorteadas 103 geladeiras de baixo consumo para famílias carentes. Vale destacar também que o Programa de Eficiência Energética foi certificado na norma NBR ISO 9001:2000.
Em 1 de julho de 2008, a Escelsa completou 40 anos de existência, numa demonstração de solidez e credibilidade junto dos seus clientes e da sociedade Capixaba.
Pelo nono ano consecutivo, a Escelsa obteve a certificação de Empresa Amiga da Criança, concedida pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. A Empresa conseguiu a renovação do título por suas ações desenvolvidas em prol de menores e adolescentes e por cumprir os 10 passos estabelecidos pela Fundação.
Destaca-se também o primeiro lugar obtido por dois trabalhos apresentados por colaboradores da Escelsa no XVIII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica – SENDI, nas áreas de manutenção e qualidade, bem como a obtenção de medalhas de prata e bronze pela equipe de eletricistas no 2º Rodeio Nacional dos Eletricistas.
As melhorias do desempenho e da eficiência operacional continuarão a ser objetivos estratégicos da Empresa, tendo como foco o aumento da receita, a redução de custos e o controle dos investimentos, buscando posicioná-la como uma referência em excelência na gestão e responsabilidade social, com o total comprometimento de seus colaboradores e de sua liderança.

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Presidente

Composição do Conselho de Administração:
Presidente: António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: João José Gomes de Aguiar
Conselheiro: Agostinho Gonçalves Barreira
Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro (Representante dos Empregados): Dante Segundo Pancini Pola

Diretoria
Diretor Presidente: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Operacional: Carlos Yoshio Motoki
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores: Thomas Daniel Brull
Diretor Técnico: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Comercial: Paulo César Corrêa Soares
Diretor de Regulação: Dorel Soares Ramos

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Pela primeira vez desde o racionamento de energia, entre 2001 e 2002, verificou-se uma taxa negativa na evolução do consumo mensal de energia no Brasil: queda de 1,8% em dezembro de 2008, segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética. A diminuição do ritmo da produção industrial foi a principal causa desta queda. Ainda assim, o consumo em 2008 cresceu 3,8% na comparação com 2007.
No Espírito Santo, verificou-se um crescimento pujante da economia até o 3º trimestre de 2008: a balança comercial registrou saldo positivo de US$ 1,2 bilhão e as vendas no comércio apresentaram um crescimento de 10,5%. A produção industrial registrou um crescimento de 14,8% até setembro, invertendo essa tendência no quarto trimestre, em decorrência do agravamento da crise financeira e econômica mundial, tendo encerrado o ano com uma taxa de crescimento acumulada de 5,6%. Os setores mais afetados foram os de mineração, siderurgia e pedras ornamentais.
Em 2008, os reflexos da crise sobre o consumo de energia foram sentidos, principalmente, no segmento de clientes livres, formado em sua maioria por empresas exportadoras, que caiu 1,6%. O mercado cativo finalizou o ano com crescimento de 4,3%. Não obstante a crise, a energia distribuída pela Escelsa cresceu 1,9%, atingindo 8.652 GWh.
A solidez do desenvolvimento já alcançado, as infraestruturas logísticas existentes e previstas, bem como a consolidação do Estado como produtor de petróleo e gás, são fatores favoráveis e diferenciais para a retomada do crescimento industrial.

3. A ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Escelsa é uma sociedade anônima, de capital aberto, desde 19 de janeiro de 1996, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de 29 de abril de 2005. A Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 93,8% da população total, o que corresponde a 3,2 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

4. PRINCIPAIS INDICADORES (*)

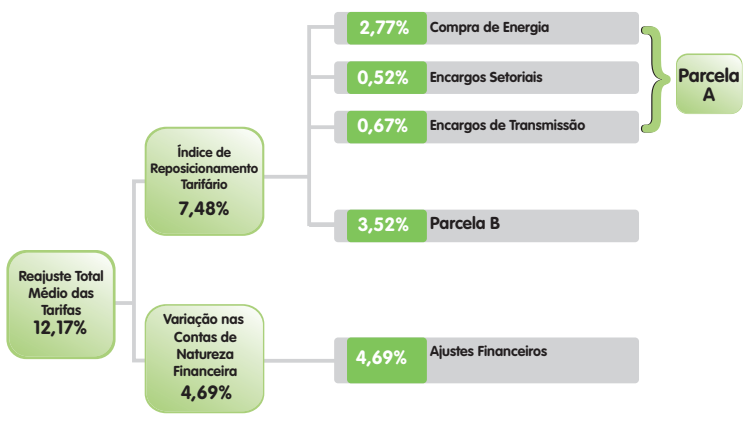
Descrição	Unidade	Dez/08	Saldos Dez/07(1)	Variação
Financeiros				
Ativo Total	R$ mil	2.070.207	2.066.762	0,2%
Patrimônio Líquido	R$ mil	685.144	776.362	-11,7%
Dívida Líquida (2)	R$ mil	531.637	323.415	64,4%
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,78	0,42	0,4p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (12 Meses)	vezes	1,93	1,27	0,7p.p.
Descrição		**2008**	**2007(1)**	**Variação**
Resultados				
Receita Bruta	R$ mil	2.020.472	2.050.367	-1,5%
Receita Líquida	R$ mil	1.301.014	1.229.536	5,8%
Gastos Gerenciáveis e não Gerenciáveis	R$ mil	1.102.833	1.045.534	5,5%
Resultado do Serviço (EBIT)	R$ mil	198.181	184.002	7,7%
EBITDA (3)	R$ mil	275.530	254.021	8,5%
Resultado Financeiro	R$ mil	(79.885)	(71.881)	11,1%
Outros Resultados	R$ mil	(2.997)	(2.923)	2,5%
Resultado Antes de Impostos	R$ mil	115.299	109.198	5,6%
Lucro Líquido	R$ mil	122.398	119.300	2,6%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/Rec. Líquida)	%	21,2%	20,7%	0,5 p.p.
Margem Líquida (Lucro Líq./Rec. Líquida)	%	9,4%	9,7%	-0,3 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	8.651.906	8.488.300	1,9%
Energia Vendida a Clientes Finais	MWh	4.759.420	4.565.112	4,3%
Residencial	MWh	1.587.519	1.490.848	6,5%
Industrial	MWh	1.055.182	1.056.975	-0,2%
Comercial	MWh	1.016.116	977.640	3,9%
Rural	MWh	524.112	482.699	8,6%
Outros	MWh	576.491	556.950	3,5%
Suprimento a Outras Concessionárias	MWh	404.224	376.499	7,4%
Consumo Próprio	MWh	7.944	8.174	-2,8%
Energia em Trânsito	MWh	3.480.318	3.538.515	-1,6%
Investimentos	R$ mil	218.687	177.172	23,4%
Número de Clientes Finais	unidade	1.144.085	1.095.275	4,5%
Número de Colaboradores	unidade	957	953	0,4%
Produtividade (MWh Distribuído/ Empregado)	MWh	9.041	8.907	1,5%
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	10,7	11,5	-7,4%
Freqüência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,9	7,7	-9,4%

(1) Contempla ajustes pela adoção inicial da Lei nº 11.687/07 (Nota Explicativa nº 3.1).
(2) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios
(3) EBITDA = Lucro Antes de Impostos, Result. Financeiro, Depreciação, Amortização e Outros Resultados.
(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

Em 7 de agosto houve o reajuste tarifário da Escelsa, de 12,17%, em que foram considerados os efeitos das alterações efetuadas na 4ª Revisão Tarifária Periódica de 2007, que passou de -6,92% para -4,90%, devido a ajustes nos valores de Perdas Irrecuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda e ao recálculo do Fator Xe, que passou de 1,45% para 2,03%. Os resultados da 4ª Revisão Tarifária Periódica permanecem provisórios.
Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio efetivo nas faturas de energia elétrica dos consumidores cativos foi de 7,13%.

Escelsa: Decomposição do Índice de Reajuste Tarifário de 2008



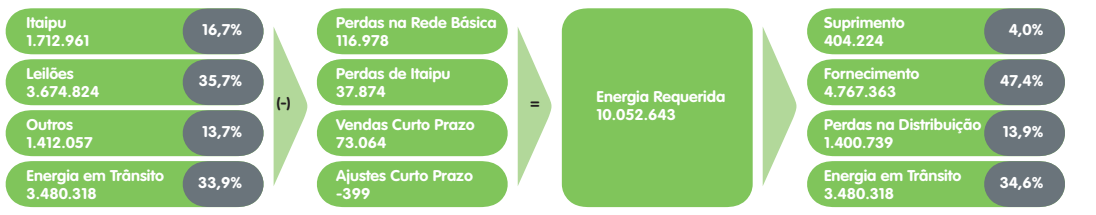
O Investimento Remunerável, também denominado Base de Remuneração Regulatória - BRR, sobre o qual foram calculadas a remuneração e depreciação dos ativos da Parcela B da Receita Requerida da concessionária, na revisão tarifária homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 686 de 05/08/2008 estão apresentados a seguir:

Descrição (*)	R$ Mil
(1) Ativo Imobilizado em Serviço - AIS	2.177.174
(2) Depreciação Acumulada	1.068.595
(3) AIS Líquido = (1) - (2)	1.108.579
(4) Almoxarifado em Operação	2.287
(5) Ativo Diferido	0
(6) Obrigações Especiais	200.954
(7) Terrenos e Servidões	42.545
(8) Bens 100% Depreciados	133.564
(9) Base de Remuneração Bruta = (1) - (6) - (8)	1.842.657
(10) Base de Remuneração Líquida = (3) + (4) + (5) - (6) + (7)	952.457
(11) Taxa de Depreciação	4,26%
(12) Quota de Reintegração Regulatória = (11) x (9)	78.497

(*) Não Auditado.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Balanço Energético - MWh



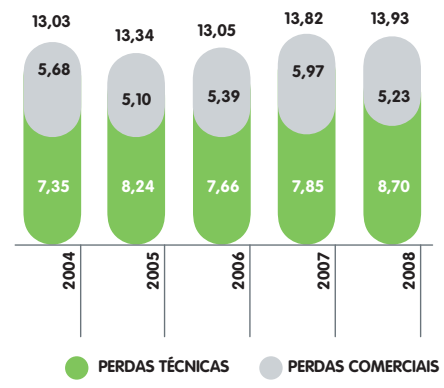
Compra de Energia
A energia requerida foi de 10.053 GWh, superior em 2,1% a de 2007. A energia comprada para atendimento ao seu mercado, por meio de contratos bilaterais, leilões, Itaipu e outros totalizou 6.800 GWh, representando um crescimento de 3,8% em relação ao ano anterior.
Energia Distribuída
O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Escelsa (energia vendida a clientes finais, consumo próprio e energia em trânsito) foi de 8.652 GWh, um crescimento de 1,9%, conforme apresentado a seguir:

	Clientes (unidade)		MWh		R$ Mil (1)	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Fornecimento					**489.571**	**474.554**
Residencial	890.629	856.525	1.587.519	1.490.848	479.581	471.889
Industrial	10.511	10.584	1.055.182	1.056.975	267.528	256.227
Comercial	94.927	92.274	1.016.116	977.640	312.311	294.977
Rural	137.462	125.921	524.112	482.699	92.282	88.138
Outros (2)	10.392	9.812	576.491	556.950	132.306	124.575
(–) Transferido para Energia Trânsito (3)					(794.437)	(761.252)
Energia Forn. Clientes Finais	**1.143.921**	**1.095.116**	**4.759.420**	**4.565.112**	**489.571**	**474.554**
Suprimento Convencional	1	1	404.224	376.499	33.493	47.454
Energia em Trânsito	33	29	3.480.318	3.538.515	220.194	237.708
(+) Transferido dos Clientes Finais (3)					794.437	761.252
Consumo Próprio	130	129	7.944	8.174	37	(905)
Total Energia Distribuída	**1.144.085**	**1.095.275**	**8.651.906**	**8.488.300**	**1.537.732**	**1.520.063**
Fornecimento não Faturado (4)					3.810	2.865
Outras Receitas					15.278	64.906
(–) Deduções à Receita Operacional					(255.806)	(358.298)
Receita Operacional Líquida	**1.144.085**	**1.095.275**	**8.651.906**	**8.488.300**	**1.301.014**	**1.229.536**

(1) Dados em R$ referem-se à Receita Líquida de ICMS.
(2) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
(3) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais.
(4) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

O total de energia elétrica vendida aos consumidores finais em 2008 atingiu o montante de 4.759 GWh, 4,3% acima ao ano anterior, reflexo do crescimento econômico verificado e do aumento do número de clientes em 4,5%. A evolução da energia vendida por classe de consumo foi:
. **Residencial:** aumento de 6,5%, devido ao crescimento de 4,0% no número de clientes e pela conjuntura econômica favorável verificada.
. **Industrial:** teve decréscimo de 0,2% no ano, decorrente da saída de dois clientes para o mercado livre e à crise econômica mundial (acentuada em novembro). Retirando-se o efeito desses clientes do mercado de referência, esta classe apresentaria um aumento de 0,7%;
. **Comercial:** crescimento de 3,9%, devido ao aumento da atividade econômica, notadamente nos setores varejista, atacadista e serviços de transporte. Se fosse desconsiderada a migração de um cliente para o mercado livre, o crescimento teria sido 5,5%;
. **Rural:** crescimento de 8,6%, provocado pelo relevante acréscimo de 9,2% no número de clientes e pelo aumento no consumo de energia no segmento de irrigação;
. **Demais classes:** crescimento de 3,5%. As classes de Poderes Públicos, Serviços Públicos e Iluminação Pública cresceram 8,2%, 0,5% e 1,9%, respectivamente.
O transporte de energia para os clientes livres teve decréscimo de 1,6%, refletindo a crise econômica mundial, passando de 3.539 GWh em 2007 para 3.480 GWh em 2008.
O número de clientes faturados (mercado cativo, consumo próprio e uso da rede) ao final de 2008 chegou a 1.144 mil clientes, com um crescimento de 4,5%.
Perdas Técnicas e Comerciais
As perdas totais foram de 13,93%, acima em 0,11 pontos percentuais em relação a 2007.
As perdas técnicas evoluíram de 7,85% para 8,70%. Fator preponderante para a elevação das perdas técnicas foi a inversão de fluxo de potência no transformador de 230/138 kV - 300 MVA da ST Mascarenhas, que historicamente sempre foi no sentido Cemig/Escelsa (230 kV para 138 kV). O elevado despacho de geração térmica na área Rio de Janeiro/Espírito Santo, como política energética estabelecida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, visando preservar o nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões Norte/Nordeste e a baixa geração hidráulica ocorrida na área de Minas Gerais, provocou a inversão do fluxo de potência da Escelsa para a Cemig. A Escelsa pleiteará que essa perda seja reconhecida como sistêmica, dada a sua origem.
As perdas comerciais apresentaram uma redução expressiva, passando de 5,97% para 5,23%. Contribuiu para essa redução um consistente programa de combate às fraudes, que incluiu investimentos com a substituição de mais de 62 mil medidores com indícios de manipulação, falhas de medição e medições indiretas, além da substituição da rede secundária de distribuição nua por isolada em locais com elevado número de ligações clandestinas, abrangendo 28.380 unidades consumidoras. Foram realizadas mais de 230 mil inspeções de campo e retiradas mais de 128 mil ligações clandestinas.
Os recursos do Programa de Eficiência Energética foram, em grande parte, destinados à regularização de ligações clandestinas e à doação de lâmpadas e geladeiras eficientes, abrangendo comunidades de baixa renda.

Perdas Técnicas e Comerciais %



Relacionamento com o Cliente
Foi inaugurada a nova Agência de Atendimento de São Mateus, proporcionando aos clientes conforto e comodidade, com instalações modernas e facilidade de acesso.
Foram implantados 10 totens de auto-atendimento para consulta de débito e emissão de 2ª via de contas em 8 agências de atendimento, que já respondem por mais de 25% do total de 2ª vias de contas emitidas nas agências, reduzindo o tempo de atendimento e de espera para os clientes.
As reclamações comerciais sofreram significativa redução de 46%, resultado do trabalho de grupo multidisciplinar que identifica e atua nas causas que geram reclamações.
A Central de Atendimento (Call Center) deu continuidade ao cumprimento da Resolução 57 da Aneel, que estipula as regras e metas para a atividade de atendimento ao cliente e se adequou às regras determinadas pelo Decreto nº 6.523 de 2008 - Lei do SAC.
O total de atendimentos a clientes teve redução de 1,6%, com aumentos nos canais Internet e Agentes Comerciais, de custos menores, conforme abaixo:

	2008	2007	Variação
Call Center	2.179.862	2.393.000	-8,9%
Agências de atendimento	746.647	868.382	-14,0%
Agentes comerciais	872.088	857.993	1,6%
Internet	937.501	692.000	35,5%
Total	**4.736.098**	**4.811.375**	**-1,6%**

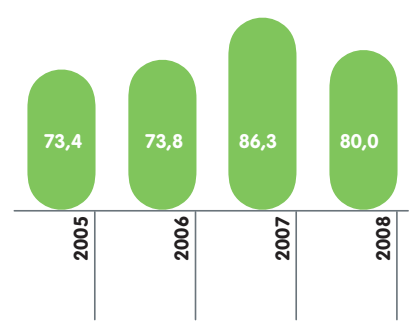
Foi desenvolvido o Projeto Lean Agências de Atendimento que teve como objetivo principal obter a melhoria da performance dos processos comerciais.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente – Pesquisa Abradee

A Escelsa participa, desde 1999, da Pesquisa promovida pela Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, onde se avalia o grau de satisfação dos clientes residenciais urbanos.
Em 2008, o índice de satisfação da Escelsa foi de 80%, acima da média das empresas Abradee (77,4%).

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida – ISQP (Pesquisa Abradee) - Bom e Ótimo

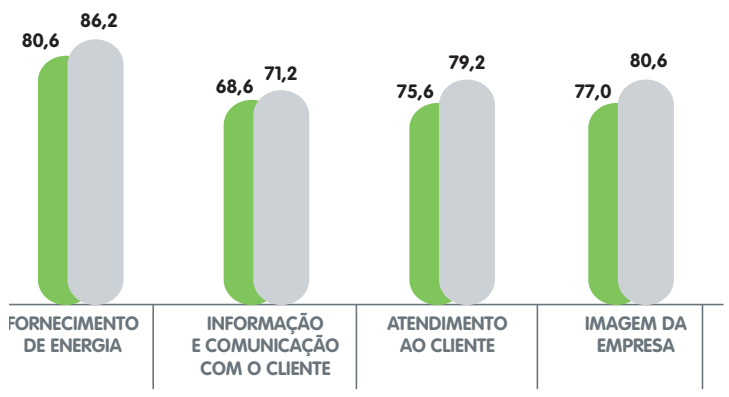
ISQP - %



continua →

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aspecto importante é que os itens referentes a "Fornecimento de Energia", "Informação e Comunicação", "Atendimento ao Cliente" e "Imagem da Empresa" foram bem avaliados, com os indicadores acima da média Abradee.



7. INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2008 tiveram um crescimento de R$ 42 milhões em relação ao ano anterior, totalizando R$ 219 milhões de aplicações líquidas dos recursos recebidos a título de obrigações especiais, o que demonstra o comprometimento da Escelsa com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo.

	2008	2007	R$ Mil Variação
Expansão de Rede	60.680	58.497	2.183
Melhoramento da Rede	60.799	62.520	(1.721)
Universalização	50.957	36.693	14.264
Telecom, Informática e Outros	52.329	45.293	7.036
Subtotal	**224.765**	**203.003**	**21.762**
(–) Obrigações Especiais	(6.078)	(25.831)	19.754
(=) Investimento líquido	**218.687**	**177.172**	**41.516**

Expansão do Sistema Elétrico
Para atendimento da demanda do mercado, foram investidos R$ 60,7 milhões na expansão da rede elétrica, ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição.
Destacam-se os investimentos para atender a demanda da região da Grande Vitória, compreendendo as obras das novas subestações Goiabeiras - 138/11,4 kV - 41 MVA e Manguinhos - 138/11,4 kV - 33 MVA, que serão finalizadas em 2009. Nessa região foi concluída a construção da linha de 138kV Pitanga - Civit.
Na região sul, entrou em teste de operação a subestação de Lameirão – 34,5/13,8 kV - 24MVA e iniciou a construção da subestação de Vila Rica - 69/13,8 kV - 12,5 MVA, para assegurar o atendimento aos mercados de Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim.
Na região norte, entrou em operação a subestação de Paulista 138/69 kV - 50 MVA, atendendo a crescente demanda por energia elétrica daquela região.
Melhoramento de Redes
Os principais investimentos em melhoramento de linhas, subestações e redes de distribuição totalizaram R$ 60,8 milhões e consistiram na substituição de equipamentos, além do recondutoramento de redes em final de vida útil e reposição de neutro. Foram substituídos trechos de rede nua de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior disponibilidade, preservação do meio ambiente e segurança.
Destaca-se o investimento na substituição de mais de 62 mil medidores eletromecânicos por eletrônicos e na modificação da rede nua para isolada, dificultando fraudes e ligações clandestinas.
Universalização
Através da Lei 10.436 de 26 de abril de 2002 e da Lei 10.762, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização de acesso à energia elétrica, visando o atendimento de novas unidades consumidoras com carga instalada de até 50 kW, com enquadramento no Grupo B, em tensão inferior a 2,3 kV, sem nenhum ônus para o solicitante. A meta da Escelsa, que para tanto aderiu ao Programa Luz para Todos, é promover o atendimento universal até 2010, salvo as exceções previstas na regulamentação desta matéria.
Para operacionalizar o Programa Luz para Todos, foi assinado em 21 de maio de 2004, Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado do Espírito Santo e a Escelsa, com interveniências da Eletrobrás e Aneel. Esse compromisso prevê as seguintes fontes de recursos: 65% de financiamento a ser contraído pela Escelsa, com recursos da RGR, 10% de recursos de subvenção econômica da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, 15% de recursos próprios da Escelsa, como agente executor e 10% Governo do Estado do Espírito Santo.
Na área urbana foram realizados, de 2004 a 2008, atendimentos em todos os municípios da área de concessão, de acordo com a Resolução Aneel 223/2003 e Resolução Aneel 456/2000. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para Todos atendeu a 37.821 novos clientes.
Dentre os instrumentos assinados, no âmbito do Programa, estão em fase final de encerramento ou em andamento os seguintes:
2006 e 2007 – Contrato ECFS-106/2005 e seu aditivo ECFS-106 A, relativo à segunda tranche do programa, encerrado fisicamente em março 2007. A Escelsa recebeu R$ 5.418 mil de CDE, R$ 35.213 mil de RGR, tendo efetuado ligações de 13.390 unidades consumidoras e aguarda o encerramento financeiro para finalização do contrato;
2007 – Contrato ECFS-181/2007, relativo à terceira tranche do programa, em fase de execução das obras de reforço e encerramento do cadastramento dos dados físicos. A Escelsa recebeu R$ 42.932 mil de RGR e aguarda a liberação de R$ 17.173 mil e o restante após a finalização das obras e prestação de contas. Nesta tranche foram ligadas 13.236 unidades consumidoras em 2007 e 2008.
Em 2008, no Programa Luz para Todos, foram investidos, da terceira tranche, R$ 50.950 mil e ligadas 9.822 unidades consumidoras, em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas e Energia.
Tecnologia de Informação
Foram investidos R$ 30,2 milhões em unificação dos sistemas corporativos do Grupo Energias do Brasil, permitindo maior flexibilidade e redução de custos, melhorando a qualidade dos serviços e garantindo a sustentabilidade do negócio. Nesse contexto, após o "upgrade" para as versões mais modernas do SAP R/3 e BW, foi dado prosseguimento à segunda etapa do programa, com a implantação do sistema de gestão comercial IS-U/CCS, cuja conclusão se prevê para junho de 2009.
Automação e Telecomunicação
Foi implementado o SDM – Sistema de Despacho Móvel, em 73 viaturas, que permite a atribuição de ordens às turmas de prontidão através de uma conexão de dados, reduzindo o tempo de despacho e os erros de comunicação, com otimização da gestão das equipes, em função da sua localização, obtida por GPS e do local da intervenção.
O investimento em automação, com substituição dos sistemas analógicos por digitais nas subestações da Escelsa e a instalação de religadores na rede de MT e a sua integração no SCADA, têm contribuído para a redução dos indicadores de qualidade DEC e FEC.
Foi implantada a ferramenta PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia, desenvolvida através de um projeto de P&D, para o telecomando e monitoração dos Religadores Automáticos da Rede de MT, assegurando a integração dos comandos e dados ao sistema SCADA, em tempo real. Atualmente estão integrados ao PLATOE 222 religadores.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de Performance
Houve melhoria nos indicadores de desempenho da qualidade do serviço, decorrente dos investimentos realizados e das ações de manutenção preventiva realizados nos ativos de distribuição.
Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela Aneel, registraram 10,67 horas e 6,93 interrupções, respectivamente.
A tabela abaixo ilustra a evolução dos indicadores de desempenho da Escelsa ao longo dos últimos anos.

Indicador	Unidade	2004	2005	2006	2007	2008
DEC	horas	11,48	11,83	8,30	11,52	10,67
FEC	vezes	9,68	8,66	6,34	7,65	6,93

O sistema elétrico de distribuição da Escelsa é formado por 55,3 mil km de linhas de distribuição, 74 subestações e mais de 115 mil transformadores de distribuição próprios e de terceiros, estando totalmente integrado ao Sistema Interligado Nacional. O sistema elétrico atingiu a ponta de demanda de 1.485,6 MW no mês de setembro de 2008.

Principais Dados das Instalações Elétricas da Escelsa (*)

Instalações	2008	2007	Quantidade	Variação
Subestações				
Quantidade **	74	72	2	2,8%
Potência Instalada de Transformação (MVA)	2.714	2.640	74	2,8%
Redes de Distribuição - Própria - Total - km	**55.287**	**53.217**	**2.070**	**3,9%**
Redes de Distribuição - Própria - AT (maior ou igual a 69 kV) - km	2.699	2.519	180	7,1%
Redes de Distribuição - Própria - MT (entre 1 e menor a 69 kV) - km	44.374	42.669	1.705	4,0%
Redes de Distribuição - Própria - BT (menor que 1 kV) - km	8.214	8.029	185	2,3%
Transformadores de Distribuição Próprios - Total - (Número)	**70.415**	**61.553**	**8.862**	**14,4%**
Transformadores de Distribuição Próprios - Urbano - (Número)	20.080	19.631	449	2,3%
Transformadores de Distribuição Próprios - Rural - (Número)	50.335	41.922	8.413	20,1%
Transformadores de Distribuição de Terceiros - (Número)	**44.546**	**44.102**	**444**	**1,0%**
Total de kVA's instalados na distribuição própria - Total - (MVA)	**2.075**	**1.934**	**141**	**7,3%**
Potência instalada na distribuição própria - Urbano - (MVA)	1.312	1.273	39	3,1%
Potência instalada na distribuição própria - Rural - (MVA)	763	661	102	15,4%
Total Potência Instalada na Distribuição Terceiros (MVA)	**1.973**	**1.833**	**140**	**7,6%**
Postes em Redes de Distribição - Total (Número)	**550.665**	**525.012**	**25.653**	**4,9%**

* Não auditado pela KPMG ** Inclui uma subestação móvel AT = Alta Tensão MT = Média Tensão BT = Baixa Tensão
São quatro os pontos de interligação do sistema elétrico da Escelsa com a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional: três com Furnas, através da transformação 345/138 kV nas localidades de Pitanga (ST Vitória), no município da Serra, ES; Areinha (ST Viana), no município de Viana, ES e Campos, RJ (ST Campos), compartilhada com a Ampla e um quarto com a Cesa em 230/138 kV na ST Mascarenhas, ES, compartilhada com a UHE Mascarenhas, da Energest.

9. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
Foram iniciados 9 novos projetos de P&D que, associados a outros 12 projetos plurianuais em andamento, totalizaram investimentos da ordem de R$ 3,4 milhões.
Destacam-se a seguir os projetos "Ajuste no Cálculo de Perdas Técnicas a Partir de Estimativa de Perdas Comerciais; Análise e Implementação de Filtros Harmônicos Passivos Sintonizados em Alimentadores de Distribuição"; "Curva QV e Índice HHI para Análise de Colapso de Tensão e Monopólio de Potência Reativa" e "Extensão de Ambiente de Detecção de Perdas Comerciais Através de Análise de Características Temporais das Curvas de Consumo e das Curvas Típicas de Grupos de Consumidores na Escelsa" e o projeto "Análise de Redes em Tempo Real".
Eficiência Energética
Deu-se início ao novo programa "Comunidade Eficiente", para aumentar a eficiência energética em residências de 61 bairros da Grande Vitória, promovendo ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, doação de 104.598 lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de desempenho, em substituição às incandescentes, troca de 103 geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL, doação de 5.904 padrões de entrada residenciais e 3.707 kits com materiais elétricos a serem utilizados nas instalações internas. Este projeto tem contribuído para a redução de unidades consumidoras com ligações clandestinas ou com desvio de energia elétrica e para um melhor relacionamento com os clientes.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2008	2007	R$ Mil Variação
Receita Operacional Bruta	2.020.472	2.050.367	-1,5%
(–) Deduções à Receita Operacional	719.458	820.831	-12,4%
(=) Receita Operacional Líquida	**1.301.014**	**1.229.536**	**5,8%**
(–) Despesas Operacionais:	**1.102.833**	**1.045.534**	**5,5%**
Gerenciáveis	**297.982**	**318.390**	**-6,4%**
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	80.005	90.968	-12,1%
Material	13.868	14.217	-2,5%
Serviços de Terceiros	95.106	98.789	-3,7%
Depreciação e Amortização	77.349	70.019	10,5%
Provisão p/Créd. Líq. Duvidosa/ Perdas Líquidas	8.033	7.341	9,4%
Provisões para Contingências	64	14.988	-99,6%
Aluguéis e Arrendamentos	1.057	1.249	-15,4%
Outras	22.500	20.819	8,1%
Não Gerenciáveis	**804.851**	**727.144**	**10,7%**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	663.024	569.121	16,5
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	137.851	154.594	-10,8%
Taxa de Fiscalização e Compensação Financeira	3.976	3.429	16,0%
(=) Resultado do Serviço	**198.181**	**184.002**	**7,7%**
Margem do EBIT - %	**15,2%**	**15,0%**	**0,3 p.p.**
EBITDA	**275.530**	**254.021**	**8,5%**
Margem do EBITDA %	**21,2%**	**20,7%**	**0,5 p.p.**

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 5,8% em 2008 em relação ao ano anterior, atingindo R$ 1.301 milhões. O aumento verificado de R$ 71 milhões é proveniente do resultado líquido de: a) crescimento de R$ 15 milhões da receita de fornecimento a clientes finais, já deduzida a parcela da receita decorrente do uso das instalações; b) crescimento de R$ 17 milhões pelo aumento da receita de uso do sistema de distribuição, faturada aos clientes livres e clientes cativos; c) redução de R$ 14 milhões no suprimento para a Santa Maria, e d) crescimento de R$ 53 milhões no valor líquido das outras receitas e deduções.

Em 2008, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R$ 1.015 milhões, onde R$ 220 milhões refletem o faturamento de clientes no regime de contratação livre e R$ 795 milhões correspondem a receita de uso das instalações, incluída no faturamento dos clientes cativos.
As Despesas Operacionais totalizaram R$ 1.103 milhões em 2008, superiores em 5,8% ao verificado no ano anterior.
As despesas operacionais gerenciáveis da Escelsa, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas, foram reduzidas em R$ 20 milhões em 2008, correspondente a -6,4% em relação ao ano anterior.
Excluindo-se as depreciações e amortizações do total das despesas operacionais gerenciáveis, a redução verificada no exercício em relação ao ano anterior foi de -11%, refletindo os esforços da Companhia na obtenção de eficiência operacional.
As despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – CVA. Os custos não gerenciáveis cresceram R$ 78 milhões, equivalente a 10,7% do verificado no ano anterior.
O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R$ 198 milhões em 2008, superior em 7,7% ao obtido no ano anterior. Este desempenho proporcionou a elevação da margem do EBIT de 15,0% em 2007 e 15,2% em 2008. O EBITDA do período foi de R$ 276 milhões, superior em 8,5% ao obtido no ano anterior, resultando na elevação da margem do EBITDA de 20,7% em 2007 para 21,2% em 2008.
O Resultado Financeiro em 2008 apresentou uma despesa líquida de R$ 80 milhões, apresentando uma elevação de 11,1% em relação à despesa líquida de R$ 72 milhões obtida no ano anterior.
Em 2008, a Escelsa apresentou um Lucro Líquido de R$ 122 milhões, superior em 2,6% ao registrado em 2007.

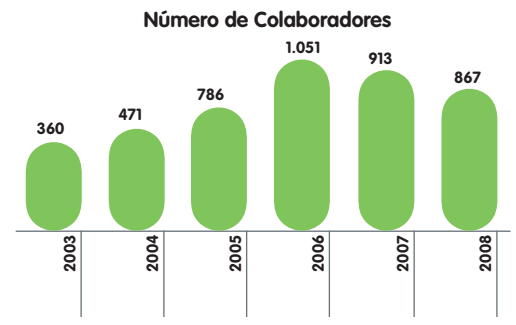
Endividamento

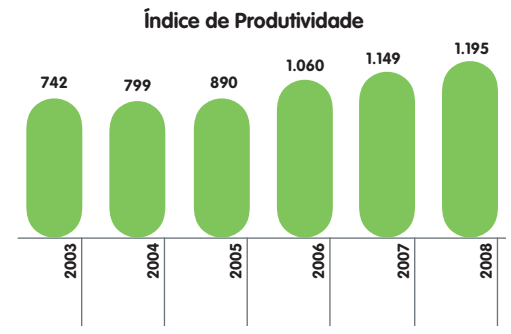
	Dez/08	R$ Mil Dez/07	Variação
Dívida Bancária (*)	**727.057**	**626.316**	**16,1%**
(–) Disponibilidades	(107.027)	(137.744)	-22,3%
(=) Dívida Bancária Líquida	**620.030**	**488.572**	**26,9%**
(–) Ativo Regulatório Líquido	(88.393)	(165.157)	-46,5%
(=) Dívida Líquida	**531.637**	**323.415**	**64,4%**

(*) Inclui Empr. e Financiamentos, Debêntures, Encargos Financeiros e Operações de "Swap"
Em 31 de dezembro de 2008, a Escelsa apresentou uma dívida líquida de R$ 532 milhões, com uma elevação de 64,4% em relação ao verificado no ano anterior. Esta variação deveu-se ao crescimento da dívida bancária pelo aporte de financiamentos do BNDES e Eletrobrás para o programa de investimentos, bem como um menor saldo das disponibilidades e ativos regulatórios em 31 de dezembro de 2008.

11. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2008 foram implantadas novas políticas de Recursos Humanos para as empresas do Grupo Energias do Brasil, incluindo reestruturação organizacional. Foram redesenhados processos relativos à gestão de pessoas, unificação de sistemas, padronização de normas e procedimentos.
Força de Trabalho
O quadro de pessoal próprio da Escelsa, ao final de 2008, era de 957 colaboradores. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.195, uma evolução de 4,0%. De forma a garantir a perenidade dos negócios a partir das pessoas, a empresa incentiva seus colaboradores no desenvolvimento profissional e pessoal. Nesse sentido, o grau de escolaridade dos colaboradores era: 31 com ensino fundamental, 544 com ensino médio, 310 graduados no ensino superior e 72 com pós-graduação, mestrado e/ou doutorado.





Programa de Benefícios
A Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência privada, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche, auxílio babá, incentivo à educação de graduação em ensino superior e pós-graduação, além de participação nos resultados.
Capacitação e Desenvolvimento
O plano de capacitação e desenvolvimento da Escelsa está segmentado nos seguintes programas:
i) **Treinamento funcional** em que é disponibilizado um portfólio de cursos para as diversas áreas de conhecimento da Empresa;
ii) **Desenvolvimento gerencial** para as lideranças, onde, a partir da identificação do perfil de cada líder, busca-se desenvolvê-las, visando alinhá-las às competências requeridas pela Organização; e
iii) **Incentivo à educação formal individual**, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e MBA. Em 2008, 99 colaboradores foram contemplados com este benefício.
Em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores foram realizadas 83.594 horas de treinamento, com média de 87,35 horas por colaborador.
Atração, Desenvolvimento e Retenção de Pessoas
Foram preenchidas 121 vagas, das quais 55% foram por aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas de Especialista de Alta Performance e Jovem de Elevado Potencial.
Programa Sou EDP
O entendimento dos valores e diretrizes é assegurado por meio do Programa Sou EDP que contempla ainda a disseminação dos novos mapas estratégicos e seus pilares, e foi aplicado a todos os colaboradores. Baseado em dinâmica participativa e lúdica, o programa possibilita assegurar o entendimento das diretrizes e dos valores.
Projeto Conciliar
A empresa acredita que as pessoas completas e realizadas são mais criativas, mais enérgicas e mais positivas. As organizações de sucesso se fazem de pessoas assim. Por isso nasceu o projeto Conciliar, que está estruturado em quatro pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura, vida pessoal e trabalho.
Foram criadas parcerias com algumas empresas e instituições (academias, restaurantes, salões de beleza, etc.), vindo ao encontro dos anseios dos colaboradores e contribuindo para uma vida saudável.
A Empresa mantém o coral formado por colaboradores, cujo objetivo é proporcionar momento de lazer cultural e uma melhor qualidade de vida.
Há 11 anos o programa Colônia de Férias, destinado aos filhos de colaboradores na faixa etária de 7 a 14 anos, objetiva estreitar os laços da família dos colaboradores com a Escelsa. O programa conta com atividades educativas, recreativas e ambientais e teve 170 participantes.
Segurança no Trabalho
O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através de dois programas:
- PSE - Programa de Segurança do Empregado, voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.
- PSP - Programa de Segurança do Prestador de Serviços, baseado nos mesmos conceitos do PSE, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.
No ano foram realizadas 1.280 inspeções e 187 reuniões específicas de segurança. As taxas de freqüência e gravidade da Escelsa foram 2,90 e 570, respectivamente. Para as prestadoras de serviços, as taxas de freqüência e gravidade foram 8,89 e 1.414 respectivamente. Esses resultados são compatíveis com a média do setor elétrico.
Medicina do Trabalho
O Sistema de Gestão de Medicina preventiva e Saúde Ocupacional é composto de três programas:
I. Programa Gerenciador do Exame Médico Ocupacional, com caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, abrangendo todos os colaboradores da empresa.
II. Programa de Medicina Preventiva. As patologias crônicas não ocupacionais são acompanhadas pela Medicina Preventiva, para controlar/reduzir doenças detectadas através do monitoramento médico, como obesidade, altos índices de colesterol e/ou triglicerídeos, hipertensão arterial, diabetes, ácido úrico, doenças ortopédicas não relacionadas a atividade do colaborador.
Em 2008, apurou-se um índice geral de eficácia em torno de 21% (de 186 colaboradores cadastrados no programa). Incluso, o programa nutricional consiste no atendimento dos colaboradores por uma nutricionista, orientando e criando uma dieta personalizada. Em 2008 foram atendidos 86 colaboradores.
III. Programa de Remanejamento e Readaptação Funcional, voltado para a recuperação da capacidade laborativa do colaborador em sua função original ou sua readaptação a outra atividade. Em 2008 beneficiou 18 colaboradores.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Social
A Escelsa, em consonância com o Grupo Energias do Brasil, estabeleceu que um dos focos para o atingimento de sua visão é a sustentabilidade e que para o alcance de sua missão exercerá suas atividades com responsabilidade social corporativa, além do estabelecimento de valores, políticas e princípios de desenvolvimento sustentável.
Uma relevante atuação nas comunidades dá-se através do curso de eletricista predial e residencial, desenvolvido em parceria com a Ação Comunitária do Espírito Santo (Aces) desde 1998. É destinado a jovens de famílias de baixa renda. Nos últimos 11 anos foram formados 1.053 alunos, 128 dos quais em 2008.
No ano, foram patrocinados seis projetos sociais, nas áreas de educação, esporte, cidadania e saúde. As instituições contempladas beneficiaram diretamente cerca de 2 mil pessoas.
Através de recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), destinados em 2007, no valor total de R$ 223 mil, foram executados, no ano, projetos de oficinas culturais e cursos profissionalizantes para adolescentes em acautelamento provisório; estímulo à leitura; atividades culturais e esportivas; participação da mãe na recuperação do recém-nascido de baixo peso; balé para crianças e adolescentes carentes.
Vinte municípios capixabas receberam o Letras de Luz, projeto de educação e cultura voltado para o estímulo à leitura em escolas e comunidades do Estado, realizado em parceria com a Fundação Victor Civita. Foram 54 oficinas de leitura, com 1.103 participantes, que repassaram os conhecimentos para 140.792 pessoas, entre estudantes e pessoas das comunidades. As 105 apresentações teatrais reuniram um público de 20.466 pessoas. Houve ainda a doação de 5.670 livros para as bibliotecas das escolas incluídas no projeto.
Desde 1999 a empresa realiza programa de inclusão social de menores oriundos de famílias carentes, tendo em seu quadro de pessoal, ao término de 2008, 41 menores aprendizes. Ao final do ano a empresa tinha 54 estagiários de nível médio e curso superior.
Foi realizada a III Gincana Multiplicar o Pão, uma iniciativa que tem a adesão de grande número de colaboradores. Todo o material foi doado a instituições de caridade e também às vítimas das enchentes que desabrigaram milhares de pessoas em vários municípios capixabas.
O Programa Criança Feliz, em comemoração ao Dia da Criança, beneficiou 352 meninos e meninas da comunidade.
Pelo nono ano consecutivo, a Escelsa obteve a certificação de Empresa Amiga da Criança, concedida pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.
O município da Serra conheceu o projeto Arte Cidadã, composto de 18 oficinas de circo, música e dança, atraindo 96 pessoas, a maioria professores de 58 escolas do município. Os participantes atuaram depois como disseminadores, envolvendo 2.250 estudantes e moradores das comunidades nas atividades pedagógicas.
Estudantes e moradores do município de Vila Velha participaram do projeto Ciência Móvel, da Fiocruz, constituído por uma carreta tendo em seu interior computadores, bibilioteca móvel, material para exposições multimídias e oficinas educativas.
Meio Ambiente e Sustentabilidade
A Escelsa promove ações de conscientização ambiental em feiras e eventos. O atendimento à legislação ambiental e os cuidados com o meio ambiente são evidenciados pela manutenção, pelo terceiro ano consecutivo da Energias do Brasil, no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE Bovespa e por meio dos programas e ações abaixo:
Licenciamento Ambiental
Em 2008, foram recebidas ao todo 12 Licenças Ambientais, sendo 3 Licenças Prévias, 5 Licenças de Instalação, 3 Licenças de Operação e 1 Licença Simplificada.
Gestão de Resíduos
Os resíduos de equipamentos, componentes e materiais utilizados na distribuição de energia elétrica são reaproveitados ou reciclados por meio de empresas parceiras que adquirem estes materiais.
Uma prática contínua é a reutilização de equipamentos que têm como meio isolante o óleo mineral, evitando-se o consequente descarte do próprio equipamento e do óleo isolante nele contido, por empresas especializadas nestes serviços.
A Escelsa iniciou em 2005 a instalação de filtros de óleo (diálise) em transformadores de força de subestações. Desde 2005 já foram instalados 52 filtros, dos quais 16 em 2008.
A Escelsa realiza a destinação adequada de suas baterias e lâmpadas fluorescentes já utilizadas, encaminhando-as para empresas devidamente licenciadas neste tipo de serviço.
Outras ações
No Almoxarifado Central e nas localidades de Guarapari, Marataizes e Cachoeiro de Itapemirim, foram construídas bacias de contenção e caixas separadoras de água e óleo, para armazenamento de transformadores e outros equipamentos que possuem óleo em alguma de suas partes.

13. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2008, a Escelsa foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu e recebeu prêmios e destaques, atestando a qualidade de sua gestão empresarial.
• A Escelsa foi uma das 21 empresas classificadas para a fase de visita (última fase) do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), que é promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).
• Conquistou dois primeiros lugares nas áreas de manutenção de redes de distribuição e qualidade do fornecimento de energia elétrica, por dois trabalhos apresentados por seus colaboradores no XVIII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - SENDI.
• Conquistou medalhas de prata e bronze através de sua equipe de eletricistas, no 2º Rodeio Nacional dos Eletricistas.
• Obteve certificação do Programa de Eficiência Energética conforme a norma NBR ISO 9001:2000.
• Pelo nono ano consecutivo, a Escelsa obteve a certificação de Empresa Amiga da Criança, concedida pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.
• Recebeu o Troféu CONTRIBUINTE 2007, pela contribuição para o desenvolvimento de importantes projetos sociais do Programa FIA 2008, entregue pela prefeitura da Capital do Estado do Espírito Santo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

14. BALANÇO SOCIAL ANUAL/2008 (*)

1 - Base de Cálculo	2008 Valor (Mil reais)	2007 Valor (Mil reais) (**)
Receita líquida (RL)	1.301.014	1.229.536
Resultado operacional (RO)	118.296	112.121
Folha de pagamento bruta (FPB)	66.913	81.196

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.343	9,48%	0,49%	7.010	8,63%	0,57%
Encargos sociais compulsórios	20.611	30,80%	1,58%	24.039	29,61%	1,96%
Previdência privada	4.611	6,89%	0,35%	3.653	4,50%	0,30%
Saúde	7.842	11,72%	0,60%	9.072	11,17%	0,74%
Segurança e saúde no trabalho	19	0,03%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	857	1,28%	0,07%	888	1,09%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	120	0,18%	0,01%	118	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	6.394	9,56%	0,49%	3.995	4,92%	0,32%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	716	0,88%	0,06%
Outros	1.326	1,98%	0,10%	1.331	1,64%	0,11%
Total - Indicadores sociais internos	**48.123**	**71,92%**	**3,70%**	**50.824**	**62,59%**	**4,13%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	556	0,47%	0,04%	658	0,59%	0,05%
Cultura	228	0,19%	0,02%	454	0,40%	0,04%
Saúde e saneamento	259	0,22%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Esporte	187	0,16%	0,01%	11	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	30	0,03%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	198	0,17%	0,02%	756	0,67%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	**1.458**	**1,23%**	**0,11%**	**1.879**	**1,68%**	**0,15%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	756.118	639,17%	58,12%	868.964	775,02%	70,67%
Total - Indicadores sociais externos	**757.576**	**640,41%**	**58,23%**	**870.843**	**776,70%**	**70,83%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	6.549	5,54%	0,50%	4.361	3,89%	0,35%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**6.549**	**5,54%**	**0,50%**	**4.361**	**3,89%**	**0,35%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2008	2007
Nº de empregados(as) ao final do período	957	953
Nº de admissões durante o período	42	52
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.116	2.309
Nº de estagiários(as)	95	57
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	438	349
Nº de mulheres que trabalham na empresa	206	213
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	6%	9%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (***)	147	213
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	7%	3%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	41	46

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			Metas 2009		
Relação entre a maior e a menor **remuneração** na empresa	27,60			27,31		
Número total de acidentes de trabalho	21			0		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa foram Definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram Definidos por:	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empre-gados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empre-gados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A Previdência Privada Contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	( ) não são consi-derados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são consi-derados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	Na Empresa 36.836	No Procon 209	Na Justiça 1.251	Na Empresa 34.994	No Procon 199	Na Justiça 1.125
% de Reclamações e Críticas Solucionadas:	Na Empresa 100%	No Procon 100%	Na Justiça 27,3%	Na Empresa 100%	No Procon 100%	Na Justiça 28%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R$) (**):	**Em 2008:**	**1.054.022**	**Em 2007:**	**1.161.987**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) (**):	73% governo 11% acionistas 1% retido		6% colaboradores(as) 9% terceiros	76% governo 10% acionistas 1% retido		6% colaboradores(as) 7% terceiros

7 - Outras Informações

(*) Não auditado.
(**) Ano de 2007 - Reclassificado (Folha de Pagamento Bruta e Valor Adicionado a Distribuir).
(***) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

15. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2008, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

16. AGRADECIMENTOS

A Administração da Escelsa registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da Escelsa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007 *Reclassificado*
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades	5	107.027	137.744
Consumidores e concessionárias	6	309.593	277.937
Impostos e contribuições sociais	9	77.804	75.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	23.386	28.446
Estoques		5.637	2.892
Cauções e depósitos vinculados	12	1.801	1.680
Despesas pagas antecipadamente	7	547	5.494
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	52.041	140.988
Outros créditos	13	25.972	54.647
		603.808	725.064
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	20.297	6.823
Impostos e contribuições sociais	9	11.089	16.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	206.144	212.750
Partes relacionadas	11	4.719	1.324
Cauções e depósitos vinculados	12	83.964	80.139
Despesas pagas antecipadamente	7		185
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	46.326	58.095
Outros créditos	13	2.594	3.558
		375.133	378.929
Investimentos		4.982	4.982
Imobilizado	14	985.834	880.791
Intangível	15	100.450	76.996
		1.091.266	962.769
Total do ativo		**2.070.207**	**2.066.762**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007 *Reclassificado*
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	16	144.055	134.177
Encargos de dívidas	18	2.462	2.351
Impostos e contribuições sociais	9	96.383	105.647
Dividendos		106.645	105.339
Debêntures	17	90.401	1.648
Empréstimos e financiamentos	18	25.872	11.567
Benefícios pós-emprego	19	3.835	3.835
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	19.449	69.882
Obrigações estimadas com pessoal	20	15.469	18.118
Encargos regulamentares e setoriais	21	69.248	64.317
Outras contas a pagar	13	48.588	26.241
		622.407	543.122
Não Circulante			
Debêntures	17	424.497	511.911
Empréstimos e financiamentos	18	183.825	98.839
Benefícios pós-emprego	19	44.424	43.312
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	43.717	24.369
Partes relacionadas	11	941	5.494
Provisões para contingências	22	62.501	63.277
Outras contas a pagar	13	2.751	76
		762.656	747.278
Patrimônio líquido			
Capital social	23	376.022	376.022
Reservas de capital	23	101.035	101.035
Reservas de lucros	23	208.087	302.105
Lucros (prejuízos) acumulados			(2.800)
		685.144	776.362
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.070.207**	**2.066.762**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2008	2007 *Reclassificado*
Receita operacional			
Fornecimento de energia elétrica		657.097	684.219
Suprimento de energia elétrica		33.493	47.454
Disponibilização do sistema de distribuição		1.302.265	1.301.842
Outras receitas operacionais		27.617	16.852
	24	2.020.472	2.050.367
Dedução da receita operacional			
Subvenção - CCC e CDE		(128.756)	(159.970)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		(13.010)	(16.825)
Quota para reserva global de reversão		(15.512)	(13.692)
Encargo de capacidade emergencial		3	(25.078)
Impostos e contribuições sobre a receita		(562.183)	(605.266)
		(719.458)	(820.831)
Receita operacional líquida	24	**1.301.014**	**1.229.536**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(663.024)	(569.121)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(137.851)	(154.594)
	25	(800.875)	(723.715)
Custo de operação			
Pessoal		(48.021)	(53.436)
Materiais e serviços de terceiros		(67.028)	(65.089)
Depreciações e amortizações		(75.623)	(67.359)
Outros custos de operação		(8.110)	(8.402)
	25	(198.782)	(194.286)
		(999.657)	(918.001)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(2.961)	(1.715)
Lucro operacional bruto		**298.396**	**309.820**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(14.856)	(15.528)
Despesas gerais e administrativas		(79.243)	(89.213)
Depreciações e amortizações		(1.726)	(2.660)
Outras despesas operacionais		(4.390)	(18.417)
	25	(100.215)	(125.818)
Resultado do serviço		198.181	184.002
Receitas financeiras		61.657	72.891
Despesas financeiras		(141.542)	(144.772)
Resultado financeiro	26	(79.885)	(71.881)
Lucro operacional		**118.296**	**112.121**
Outras receitas		2.395	2.832
Outras despesas		(5.392)	(5.755)
Outros resultados		(2.997)	(2.923)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**115.299**	**109.198**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(28.044)	(42.828)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(11.667)	3.830
	27	(39.711)	(38.998)
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		**75.588**	**70.200**
Reversão dos juros sobre capital próprio	26	46.810	49.100
Lucro líquido do exercício		**122.398**	**119.300**
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		**20.830,11**	**20.302,88**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007 *Reclassificado*
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	122.398	119.300
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	16.163	10.628
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	11.667	(3.830)
Depreciações e amortizações	77.349	70.019
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	9.034	4.357
Despesas pagas antecipadamente e CVA	(8.782)	(15.770)
Fornecedores		(9.209)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	81.885	84.330
Benefícios pós-emprego - CVM nº 371	1.275	7.137
Provisões para contingências	65	24.456
Encargos regulamentares e setoriais	15.796	19.145
Outros		(713)
	326.850	309.850
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(60.173)	(14.074)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	2.397	(32.511)
Estoques	(2.745)	65
Cauções e depósitos vinculados	(3.946)	29.590
Despesas pagas antecipadamente e CVA	84.163	101.346
Outros créditos	31.706	(15.495)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	9.878	(7.858)
Impostos e contribuições sociais correntes	(16.286)	20.729
Impostos e contribuições sociais diferidos		(453)
Obrigações estimadas com pessoal	(2.648)	(2.557)
Provisões para contingências	(841)	
Outras obrigações	13.994	(36.623)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**382.349**	**352.009**
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(224.765)	(203.003)
Obrigações vinculadas à concessão	6.078	25.831
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(218.687)**	**(177.172)**
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(7.948)	3.481
Dividendos pagos	(205.287)	(38.595)
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos	117.068	318.917
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas pagos	(98.212)	(482.706)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(194.379)**	**(198.903)**
(Redução) nas disponibilidades	**(30.717)**	**(24.066)**
Disponibilidades no final do exercício	107.027	137.744
Disponibilidades no início do exercício	137.744	161.810
	(30.717)	**(24.066)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007		**376.022**	**101.035**	**296.176**		**773.233**
Ajuste de exercícios anteriores					(3.518)	(3.518)
Lucro líquido do exercício					119.300	119.300
Constituição de reserva legal				5.929	(5.929)	–
Dividendos propostos					(112.653)	(112.653)
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (*Reclassificado*)	23	**376.022**	**101.035**	**302.105**	**(2.800)**	**776.362**
Reversão de dividendos					50	50
Lucro líquido do exercício					122.398	122.398
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal				5.982	(5.982)	–
Dividendos propostos					(113.666)	(113.666)
Dividendos intermediários				(100.000)		(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	23	**376.022**	**101.035**	**208.087**	**–**	**685.144**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007 *Reclassificado*
Geração do valor adicionado	**2.014.834**	**2.045.858**
Receita operacional	2.020.472	2.050.367
Outras receitas	2.395	2.832
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(8.033)	(7.341)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(945.120)**	**(886.653)**
Custos da energia comprada	(663.024)	(569.121)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(137.851)	(154.594)
Materiais	(13.868)	(14.217)
Serviços de terceiros	(95.106)	(98.789)
Outros custos operacionais	(35.271)	(49.932)
Valor adicionado bruto	**1.069.714**	**1.159.205**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(77.349)	(70.019)
Valor adicionado líquido produzido	992.365	1.089.186
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	61.657	72.891
Valor adicionado total a distribuir	**1.054.022**	**1.162.077**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	43.407	47.243
Benefícios	15.986	18.291
FGTS	10.186	8.112
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	300.799	419.102
Estaduais	464.220	462.863
Municipais	1.524	529
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	94.445	85.388
Aluguéis	1.057	1.249
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	46.810	49.100
Dividendos	66.856	63.553
	1.045.290	1.155.430
Lucros retidos	8.732	6.647
	1.054.022	**1.162.077**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 20 de fevereiro de 2009, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Ofício Circular nº 2.775/2008-SFF/ANEEL e atualizações posteriores.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008 e 2007, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei n° 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificaram a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Adoção inicial da Lei nº11.638/07

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007 que é o ponto de partida para a contabilização dos efeitos das modificações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros ou prejuízos acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente reapresentando as demonstrações financeiras de 2007.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação que originaram esses ajustes, o resumo dos efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 decorrentes da adoção da referida legislação.

3.1.1 - Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2007

	31/12/2006	Data de transição - 01/01/2007	
	Saldos	Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	**773.233**	**(3.518)**	**769.715**
Capital social	376.022		376.022
Reservas de capital	101.035		101.035
Reservas de lucros	296.176		296.176
Lucros acumulados		(3.518) **{a}**	(3.518)

Resumo dos ajustes	
{a} Ajustes contra lucros acumulados	**(3.518)**
{a1} Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado - derivativos	(898)
{a2} Ativo intangível	(3.894)
{a3} Ajustes a valor presente	(540)
{a4} Imposto de renda diferido	1.814

3.1.2 - Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Instrumentos financeiros - CPC 14 e Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008

A Companhia contratou instrumentos financeiros cujos saldos na data de transição foram reclassificados em: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; e (iii) disponível para venda. Com certas exceções os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo agregado aos eventuais custos de transição e sua mensuração subsequente é feita pelo custo amortizado.

Conforme faculta o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, os saldos dos instrumentos financeiros disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo método do custo amortizado, foram remensurados para seu valor justo na data de transição.

Seguem os saldos dos referidos instrumentos financeiros na data de transição:

	Valor contábil (A)	Valor justo (B)	Diferença (B) - (A)
Instrumentos financeiros			
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	(43.638)	(44.536)	(898)

A diferença entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, assim como as diferenças entre o valor registrado e o novo valor calculado para os instrumentos avaliados pelo método do custo amortizado, foi alocada no saldo de lucros ou prejuízos acumulados na data de transição.

Ativo intangível - CPC 04 e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008

Determinados ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado intangível para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis que não atendiam aos requisitos do Pronunciamento específico foram baixados contra lucros acumulados. Outros ativos intangíveis que atendem aos requisitos do Pronunciamento específico, mas que não haviam sido registrados anteriormente como ativo, não foram reconhecidos.

Ajustes a valor presente - CPC 12 e Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008

Determinadas contas a receber de curto e longo prazos foram ajustadas ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos e passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada, com base no saldo inicial da data de transição conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

Os efeitos dos ajustes a valor presente decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados contra lucros acumulados, e os relativos a transações realizadas após esta data em contrapartida ao resultado do exercício.

Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Segue conciliação do resultado de 2008 e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	**122.398**	**119.300**
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(898)
Custo do ativo intangível e amortização do intangível	(1.392)	(1.324)
Ajustes a valor presente de contas a receber	4.957	1.134
Diferenças temporárias e permanentes de IR e CSLL	(1.212)	370
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	124.751	118.582
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	**2.353**	**(718)**
	2008	**2007**
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	**685.144**	**776.362**
Ajustes na data da transição reconhecidos em Lucros acumulados		3.518
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	2.353	(718)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	**687.497**	**779.162**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.2 - Demais práticas contábeis

a) Disponibilidades (Nota 5)

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço, representando seu valor justo.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 6) incluem:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores da Companhia com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica, através do WACC regulatório vigente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 6.2);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

c) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos e obras, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado.

d) Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" - CVA (Nota 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nºs 296 e 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

e) Investimentos

Os Investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

f) Imobilizado (Nota 14)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento (quando aplicado) foi adotado até o ano de 1997, para os juros sobre o capital próprio contabilizados e que financiaram, as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Principais taxas de depreciação praticada na Distribuição embasamento: Resolução ANEEL nºs 02 e 15 de 1997 e nº 240 de 2006.

Atividade de distribuição			
Tipo de equipamento	**%**	**Tipo de equipamento**	**%**
Banco de capacitores paralelo inferior a 69 kV	6,7	Regulador de tensão igual ou superior a 69 kV	3,5
Banco de capacitores seriais	5,0	Religador	4,3
Chave inferior a 69 kV	6,7	Transformador de distribuição	5,0
Compensador de reativos	3,3	Transformador de força	2,5
Condutor inferior a 69 kV	5,0	Transformador de medida	3,0
Disjuntor	3,0	Transformador de serviços auxiliares	3,3
Edificação - casa de força	2,0	Banco de capacitores paralelo igual ou superior a 69 kV	5,0
Edificação - outras	4,0	Chave igual ou superior a 69 kV	3,3
Estrutura (poste, torre) inferior a 69 kV	5,0	Condutor igual ou superior a 69 kV	2,5
Medidor	4,0	Estrutura (poste,torre) igual ou superior a 69 kV	2,5
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,8

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (agosto de 2007) por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média de depreciação dos ativos em serviço, vinculados ao sistema de distribuição de energia elétrica e também na proporção dos correspondentes bens desativados.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, a Companhia adota o procedimento de capitalização da parcela de 10% dos gastos com a administração central, com base nos custos diretos de pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso (nota 14.3), principalmente as relacionadas com os acréscimos ao Ativo imobilizado em curso, registrando em contrapartida, por transferência, a crédito da Demonstração do resultado - Despesas operacionais - Gerais e administrativas. Nos termos da regulamentação tarifária vigente, esses gastos são reconhecidos como custos adicionais indiretos incorporáveis ao ativo imobilizado, integrantes da base de remuneração regulatória e portanto são computados na base de cálculo das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

g) Ativo intangível (Nota 15)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- As faixas de servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição; e
- Ágio incorporação - Refere-se a parcela cindida do ágio de incorporação da anterior Controladora da Companhia, decorrente da aquisição de ações da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a espectativa de resultados futuros e prazo de concessão da Companhia (Notas 10.2 e 15).

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 16)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica.

As obrigações em moeda estrangeira são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício, atualizadas pela cotação da moeda na data do balanço, conforme CPC 14.

j) Empréstimos e financiamentos, Encargos de dívidas e Debêntures (Notas 17 e 18)

Os empréstimos e financiamentos e debêntures em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e as operações de *swap* são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício.

k) Provisões para contingências (Nota 22)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 27)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção pelo Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 cuja opção será confirmada quando da entrega da declaração de rendas.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data base 31 de dezembro de 2008.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério do corredor).

o) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

p) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

q) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.2.n.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Recuperação de créditos PIS/COFINS - COSIT 27;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

r) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.
Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

s) Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

t) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.
Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

• Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

u) Moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.
Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se a seguir a posição dos ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Consumidores e concessionárias (Nota 6)				
Programa luz para todos	17.921	12.772		
Outros ativos regulatórios	24.822	13.660	10.982	8.128
Outros créditos (Nota 13)				
Modicidade baixa renda	4.425	27.876		
Despesas pagas antecipadamente (Nota 7)				
PIS e COFINS - majoração de alíquota		4.334		
Conta de compensação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"	34.725	55.008		33.005
CVA - ativa	17.316	85.980	46.326	25.090
Total de ativos regulatórios	99.209	199.630	57.308	66.223
Fornecedores (Nota 16)				
Energia livre	(4.789)	(6.445)		
Outros passivos regulatórios	(169)			
Conta de compensação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
CVA - passiva	(19.449)	(69.882)	(43.717)	(24.369)
Total de passivos regulatórios	(24.407)	(76.327)	(43.717)	(24.369)
Total ativos (-) passivos regulatórios	74.802	123.303	13.591	41.854

4.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Parcela "A"

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar 31/12/2008	Saldo a amortizar 31/12/2007
Parcela "A"	Resoluções nºs 482/02 e 001/04	38.183	72.240	(75.698)	34.725	88.013

A RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária refere-se aos valores aplicáveis a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, através de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e iluminação pública e de 7,9% para os demais consumidores, que objetivou neutralizar os efeitos de perda de receita nas distribuidoras e ressarcir os custos com Energia livre suprida nas geradoras, durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, o qual vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 e, para compensar déficits de custos tarifários não gerenciáveis integrantes da Parcela "A" nas distribuidoras, ocorridos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001.
Com o fim do prazo máximo para o ressarcimento dos montantes homologados pela ANEEL, correspondentes às parcelas de Perda de receita e de Energia livre em 30 de setembro de 2007, e com amparo na Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, iniciou-se em outubro de 2007 a amortização do valor homologado correspondente à Parcela "A", esse sem limite de permanência para seu pleno ressarcimento.

4.2 - Reajuste tarifário de 2008

Em reunião pública ocorrida em 5 de agosto de 2008, a ANEEL aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição, em 12,17% para o período de agosto de 2008 a julho de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 7,13%, sendo 6,96% para os consumidores de baixa tensão (abaixo de 2,3 kV) e de 7,48% para os consumidores de alta tensão (acima de 2,3 kV).
Na composição do reajuste, aplicado em 2008 para a Companhia, destacam-se a compra de energia com 2,77%, a Parcela B com 3,52% devido ao IGP-M de 15,12% e os ajustes financeiros com 4,69%.

Revisão Tarifária de 2007

Neste reajuste tarifário estão considerados os efeitos das alterações efetuadas na 4ª Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2007, que passou de -6,92% para -4,90%, em decorrência de ajustes nos valores de Perdas irrecuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda, bem como do recálculo do Fator X, que passou de 1,45% para 2,03%. Cabe ressaltar que os resultados da 4ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia permanecem provisórios.
Nos ajustes financeiros (4,69%) foram incluídos aproximadamente R$12 milhões do efeito retroativo dos ajustes nos valores de Perdas irrecuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda.
O reposicionamento é o principal resultado da revisão tarifária, e decorre da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, através da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, através da Base de Remuneração Regulatória - BRR, e, do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela "A". No presente caso da Companhia a ER foi mantida como provisória por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

5 - Disponibilidades

	31/12/2008	31/12/2007
Bancos conta movimento	57.492	31.299
Aplicações financeiras - renda fixa	49.535	106.445
Total	107.027	137.744

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100,3% e 103,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6 - Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo Líquido em 31/12/2008	Saldo Líquido em 31/12/2007
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	27.702	28.208	1.752	57.662	(1.752)	55.910	49.329
Industrial	20.269	6.300	5.317	31.886	(3.665)	28.221	28.239
Comércio, Serviços e Outras Atividades	23.629	8.465	5.783	37.877	(4.974)	32.903	31.425
Rural	6.866	4.368	2.148	13.382	(317)	13.065	12.236
Poder Público							
Federal	1.516	55	117	1.688	(199)	1.489	1.283
Estadual	2.052	406	497	2.955	(349)	2.606	2.771
Municipal	3.073	1.266	712	5.051	(597)	4.454	4.171
Iluminação Pública	3.829	1.198	4.995	10.022	(4.903)	5.119	4.692
Serviço Público	3.967	118	84	4.169	(75)	4.094	3.750
Fornecimento não faturado	66.586			66.586		66.586	62.742
Parcelamentos de débitos	11.553	1.842	13.262	26.657	(15.835)	10.822	10.245
(-) Ajuste a valor presente	(547)			(547)		(547)	(368)
Outros créditos	33.526			33.526		33.526	33.580
Outros ativos regulatórios	38.140			38.140		38.140	26.432
	242.161	52.226	34.667	329.054	(32.666)	296.388	270.527
Concessionárias							
Suprimento	1.019			1.019		1.019	3.057
Energia de curto prazo	2.918			2.918		2.918	859
Encargos de uso da rede elétrica	4.345			4.345		4.345	3.494
Outros créditos	320			320		320	
Outros ativos regulatórios	4.603			4.603		4.603	
	13.205	–	–	13.205	–	13.205	7.410
Total Circulante	255.366	52.226	34.667	342.259	(32.666)	309.593	277.937
Não circulante							
Consumidores							
Parcelamentos de débitos	15.399			15.399		15.399	
(-) Ajuste a valor presente	(6.084)			(6.084)		(6.084)	(1.305)
Outros ativos regulatórios	10.982			10.982		10.982	8.128
Total Não circulante	20.297	–	–	20.297	–	20.297	6.823

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é considerada pela administração, suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Parte dos valores do ativo está sujeita à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Ajustes a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo Pronunciamento CPC 12, foi calculado com base na taxa WACC regulatória, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2008 correspondia a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 2007), afetando negativamente o resultado do exercício em R$4.957 em 31 de dezembro 2008 e negativamente o patrimônio líquido em R$1.674 referente a dezembro de 2007.

7 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
PIS e COFINS - majoração de alíquota		4.334		
Outros	547	1.160		185
Total	547	5.494	–	185

7.1 - PIS e COFINS - majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído em razão das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros foram repassados às tarifas.

8 - Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"

	Ativo				Passivo			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante
Período	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
De 01/01/01 a 25/10/01	34.725	55.008		33.005				
De 08/07/04 a 07/07/05		4.148						
De 08/07/05 a 07/07/06		6.283				1.854		
De 08/07/06 a 07/07/07	5.724	47.700			3.461	35.461		
De 08/07/07 a 07/07/08	11.592	27.849		25.090	7.824	32.567		24.369
De 08/07/08 a 31/12/08			46.326		8.164		43.717	
Total	52.041	140.988	46.326	58.095	19.449	69.882	43.717	24.369

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

• Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
• Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
• Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
• Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
• Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
• Energia comprada;
• Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
• Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
• Encargos de conexão;
• Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
• Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
• Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Os registros para compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item e os respectivos valores de cobertura consideradas nas tarifas de energia elétrica, são efetuados de acordo com o regime de competência, no Ativo e/ou Passivo, com contrapartidas no resultado conforme a sua natureza.
A mutação da CVA no exercício é a seguinte:

Item	Saldo em 31/12/2007	Apropriação	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 31/12/2008
Parcela "A"	88.013		7.435	(60.723)	34.725
CVA	16.819	(7.054)	3.719	(13.008)	476
Total	104.832	(7.054)	11.154	(73.731)	35.201

Parcela "A": de 01/01/2001 a 25/10/2001 - valores correspondentes a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na nota 4.1.

9 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	39.750	65.499		
ICMS	7.473	261	11.089	16.055
PIS e COFINS	7.517	5.730		
PIS e COFINS - COSIT 27	21.550			
Outros	1.514	3.746		
Total	77.804	75.236	11.089	16.055
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	28.744	42.829		
ICMS	40.643	35.593		
PIS e COFINS	15.943	15.020		
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.021	7.365		
Outros	4.032	4.840		
Total	96.383	105.647		

A Companhia efetuou o registro dos créditos extemporâneos de PIS/COFINS no montante de R$21.550 decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu um passivo circulante de igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada no futuro (Notas 4 e 13).

10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
IR sobre prejuízos fiscais	11.089	14.305	97.639	103.478
CSLL sobre base negativa	4.030	5.190	41.733	43.842
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias	6.494	7.582	32.882	31.103
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	1.587	1.244	31.421	33.009
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	186	125	2.469	1.318
Total	23.386	28.446	206.144	212.750

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2017	2018 a 2019	Total Não circulante
55.995	32.459	36.365	37.620	30.882	11.168	1.655	206.144

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou em 31 de dezembro de 2008 projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2009. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$1.942 até o ano de 2025.

10.2 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 10.1, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

11 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	2008	2007
Consumidores e concessionárias						
CESA	146				1.954	
Energest	201				653	
	347	–	–	–	2.607	–
Partes relacionadas						
Bandeirante	268	146	708	684		(263)
CESA	3.581	303				1.121
EDP Energias do Brasil	135	21	233	263		
Energest	709	354		4.181		(3.267)
Enersul		399		137		
Enertrade	12	8				
ESC90	14	93				
Escelsapar				229		
	4.719	1.324	941	5.494	–	(2.409)
Fornecedores						
CESA			4.295	1.998	(45.732)	(24.361)
EDP Lajeado			3		(28)	
Energest			3.526	2.933	(1.896)	(1.326)
Enerpeixe			6.443	13.256	(65.169)	(60.614)
Enertrade			5.892		(55.555)	(57.984)
Escelsapar						(2.141)
	–	–	20.159	18.187	(168.380)	(146.426)
Total	5.066	1.324	21.100	23.681	(165.773)	(148.835)

Partes relacionadas - Referem-se a compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros efetuados desde o início de 2006 com a EDP Energias do Brasil S.A. e a partir de 2007 com a Bandeirante, Energest, Enertrade e com a anterior coligada Enersul até 31 de agosto de 2008, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007.

Fornecedores

CESA - A Companhia possui contratos de compra e venda de energia elétrica com a Castelo Energética S.A. - CESA, referente às PCHs Viçosa e São João. Em 2007, por meio de Chamada Pública, foi firmado contrato para a compra de energia das demais PCHs da CESA, caracterizadas como Geração Distribuída.
O contrato com a PCH Viçosa teve início em 1º de agosto de 2001 com término previsto para 31 de dezembro de 2025. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 7 de agosto de 2003. O segundo aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2004 e alterou a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.097, de 3 de dezembro de 2004, homologou esse contrato.
O contrato com a PCH São João mantinha a data de início programada com a entrada em operação comercial da PCH e término previsto para 31 de maio de 2029. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 13 de novembro de 2003, alterando a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.205, de 26 de dezembro de 2003, homologou esse contrato. O segundo aditivo foi assinado em 5 de janeiro de 2007 e alterou a data de início do contrato para 1º de janeiro de 2007. O Despacho ANEEL nº 1.748, de 5 de junho de 2007, aprovou este termo aditivo. O terceiro aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2007 com base na Portaria nº 12 da SPDE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do MME, de 29 de março de 2007. O Despacho ANEEL nº 1.268/2008 homologa o 3º e o 4º termo aditivo.
O Contrato de Geração distribuída com a CESA, foi firmado em 1º de novembro de 2007, com suprimento para o período de 1º de janeiro de 2008 a 15 de julho de 2025. A Companhia, através da carta nº CT-CCPE 2 de 5 de dezembro de 2007 solicitou a homologação desse contrato à ANEEL.

Enertrade - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A., contrato de compra e venda de energia elétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2003 e término em 31 de dezembro de 2012. O segundo termo aditivo, foi assinado em 28 de novembro de 2007, e homologado através do Despacho ANEEL nº 1.633 de 24 de abril de 2008.

Enerpeixe - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enerpeixe S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, com data-base de reajuste em agosto de 2002. O contrato foi aditado em 19 de fevereiro de 2003, sendo novamente aditado em 17 de outubro de 2003, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 7 de agosto de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 7 de agosto de cada ano do período de suprimento. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.848/2003-SFF/ANEEL.
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas, em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Depósitos judiciais (Nota 22)			77.685	72.720
Cauções e depósitos vinculados	1.801	1.680	6.279	7.419
	1.801	1.680	83.964	80.139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Outros créditos Ativo				
Adiantamentos a empregados	1.020	543		
Modicidade baixa renda	4.425	27.876		
Dispêndios a reembolsar	510	1.322		
RGR a compensar	383	264		
Desativação em curso	3.536	3.149		
Serviços em curso	7.755	4.513		
Adiantamentos a fornecedores	51	531		
Programa eficiência energética	2.863	6.376	2.525	2.198
Créditos a receber - clientes		7.667		
Cheques devolvidos		1.038		
Convênios de arrecadação	2.255			
Tributos e consignações sobre Folha	1.551	549		
Bens destinados à alienação			69	69
Outros	1.623	819		1.291
Total	25.972	54.647	2.594	3.558
Outras contas a pagar - Passivo				
Contribuição de Iluminação Pública	9.686	8.381		
Credores diversos - consumidores	5.760	2.046		
Credores diversos - consumidores COSIT 27 (Nota 9)	21.550			
Credores diversos - concessionárias		3.114		
Folha de pagamento	1.423	2.028		
Programa eficiência energética			2.261	
Arrecadação de terceiros a repassar	2.525	5.971		
Outros	7.644	4.701	490	76
Total	48.588	26.241	2.751	76

13.1 - Modicidade baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial Baixa Renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

A Companhia encontrava-se em processo de fiscalização pela ANEEL, que exigiu o exame e análise dos dados e critérios de enquadramento dos clientes que possuem o benefício da tarifa social reduzida, para os períodos posteriores a dezembro de 2006, tendo concluída a fiscalização, possiblitando o reestabelecimento das homolagações mensais e recebimentos dos valores da subvenção Baixa Renda.

14 - Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2008 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2007 Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Distribuição					
Terrenos		9.835		9.835	9.392
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,71	20.797	(11.612)	9.185	9.841
Máquinas e equipamentos	4,21	1.544.263	(618.360)	925.903	787.813
Móveis e utensílios	9,85	939	(169)	770	38
		1.575.834	(630.141)	945.693	807.084
Comercialização					
Máquinas e equipamentos	3,71	1.661	(1.593)	68	200
Móveis e utensílios	0,95	686	(686)		7
		2.347	(2.279)	68	207
Administração					
Terrenos		298		298	306
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,12	11.695	(8.665)	3.030	3.185
Máquinas e equipamentos	5,64	73.319	(48.931)	24.388	23.169
Veículos	15,18	17.291	(10.189)	7.102	5.359
Móveis e utensílios	5,38	6.837	(4.093)	2.744	2.693
		109.440	(71.878)	37.562	34.712
Atividades não vinculadas a concessão					
Terrenos		273		273	273
Máquinas e equipamentos		17	(17)		
		290	(17)	273	273
Total do Imobilizado em serviço	4,35	1.687.911	(704.315)	983.596	842.276
Imobilizado em curso					
Distribuição					
Tangível		159.731		159.731	197.551
		159.731	–	159.731	197.551
Administração					
Tangível		8.206		8.206	10.719
		8.206	–	8.206	10.719
Total do Imobilizado em curso		167.937	–	167.937	208.270
Obrigações vinculadas à concessão		(172.949)	7.250	(165.699)	(169.755)
Total Imobilizado		1.682.899	(697.065)	985.834	880.791

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2007	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transferência de Ativos (Intercias)	Valor líquido em 31/12/2008
Imobilizado em serviço							
Terrenos	9.971		435				10.406
Edificações, obras civís e benfeitorias	13.026		747	(1.149)	1	(410)	12.215
Máquinas e equipamentos	811.182		217.027	(66.491)	(7.962)	(3.397)	950.359
Veículos	5.359		4.334	(2.553)	(38)		7.102
Móveis e utensílios	2.738		1.250	(474)			3.514
Total do imobilizado em serviço	842.276	–	223.793	(70.667)	(7.999)	(3.807)	983.596
Imobilizado em curso	208.270	193.437	(229.736)		(4.034)		167.937
Total do imobilizado em curso	208.270	193.437	(229.736)	–	(4.034)	–	167.937
Total do imobilizado	1.050.546	193.437	(5.943)	(70.667)	(12.033)	(3.807)	1.151.533
(–) Obrigações vinculadas à concessão							
Contribuição de consumidores	(91.954)	(1.215)	106	4.185	1.501		(87.377)
Participação da União, Estados e Municípios	(41.394)	(4.863)	(106)	1.236	690		(44.437)
Doações e subvenções	(36.407)			1.829	693		(33.885)
	(169.755)	(6.078)	–	7.250	2.884	–	(165.699)
Total líquido	880.791	187.359	(5.943)	(63.417)	(9.149)	(3.807)	985.834

As operações de transferências de ativos de transmissão foram realizadas pelo valor contábil residual com as coligadas Energest S.A. no montante de R$514, e Castelo Energética S.A. - CESA no montante de R$3.293, liquidadas em dezembro de 2008, em correção a desverticalização ocorrida em julho de 2005.

14.1 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

14.2 - Bens e direitos da União utilizados pela concessionária

Os bens da União sob a administração da Companhia constituem-se de terrenos e antigas edificações que encontram-se fora de uso, em função da impossibilidade prática de suas utilizações, portanto improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Extrapatrimonial.

14.3 - Capitalização das despesas com administração central

Conforme mencionado na nota 3.2.f, foi incorporado no Ativo imobilizado no exercício a título de capitalização de parcelas de gastos com a administração central, o montante de R$9.131 (R$6.177 em 2007) registrado por transferência e em contrapartida ao Resultado do exercício no grupo de Gastos operacionais - Despesas gerais e administrativas.

15 - Ativo intangível

Em curso e serviço	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2008 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2007 Valor líquido
Intangível em serviço					
Distribuição					
Software	18,20	9.709	(4.053)	5.656	1.499
Servidão permanente		7.659		7.659	7.302
		17.368	(4.053)	13.315	8.801
Comercialização					
Software	20,00	112	(19)	93	
		112	(19)	93	-
Administração					
Software	14,62	89.202	(50.705)	38.497	23.525
Outros		935		935	1.216
		90.137	(50.705)	39.432	24.741
Total do Intangível em serviço		107.617	(54.777)	52.840	33.542
Intangível em curso					
Distribuição		1.629		1.629	3.729
Comercialização		2.911		2.911	1.087
Administração		43.070		43.070	38.638
Total do Intangível em curso		47.610	–	47.610	43.454
Total Imobilizado Intangível		155.227	(54.777)	100.450	76.996

A movimentação do ativo intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2007	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2008
Em serviço	33.542		32.962	(13.932)	268	52.840
Em curso	43.454	31.328	(27.019)		(153)	47.610
Total	76.996	31.328	5.943	(13.932)	115	100.450

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida) não são amortizadas.

Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

Ágio - Incorporação de Controladora	31/12/2008	31/12/2007
Atividades vinculadas à concessão		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.964	103.964
(-) Provisão para manutenção de dividendos	(103.964)	(103.964)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	6.882	3.223
(-) Amortização acumulada do ágio	(6.882)	(3.223)
	–	–

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura, como direito de concessão amortizado pelo período remanescente da respectiva concessão, cujo teste de recuperabilidade efetuado no exercício de 2008, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida (Nota 3.2.g e 10).

16 - Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007
Suprimento de energia elétrica	86.358	70.838
Energia livre	4.789	6.445
Operações na CCEE	3.443	9.907
Encargos de uso da rede elétrica	13.741	12.356
Materiais e serviços	35.555	34.631
Outros	169	
Total	144.055	134.177

17 - Debêntures

Em 1º de junho de 2006 foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$264.000, com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011. A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último em 1º de junho de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros, diversificação das fontes de financiamentos, investimentos para o ano de 2006 e recomposição de caixa para capital de giro.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) falência formulado pela Emissora;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2010	87.702
2011	87.702
	175.404

Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000 com prazo de vigência de 7 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 1/3, em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 1/3, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de dezembro de 2007 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos Sênior Notes emitidos pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses já descritas acima para a primeira emissão.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2012	83.023
2013	83.023
2014	83.047
	249.093

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.648	511.911
Encargos	64.718	
Amortizações	(63.994)	
Transferências para circulante	87.414	(87.414)
Amortização dos custos da transação	615	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	90.401	424.497

18 - Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas

	Custo da da dívida	31/12/2008 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	31/12/2007 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante
Moeda Nacional							
Eletrobrás	5% + 1% a.a. tx. adm.	13	10.428	90.300	382	7.210	50.829
Cédula de Crédito Bancário	105% CDI	2.188		40.400	1.766		40.400
Juros s/ fundo reversão					150		
BNDES	TJLP + 3,3% a.a. 4,8% a.a.	261	15.444	53.125	53	4.357	7.610
Total		2.462	25.872	183.825	2.351	11.567	98.839

BNDES

(i) Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco Alfa, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R$17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% a.a. + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

(ii) **BNDES contrato n° 88.426/Agente Banco do Brasil** - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendidos até este momento.

(iii) **BNDES contrato n° 88.426/Agente Banco Santander** - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008 no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendidos até este momento.

Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R$40.400, sendo R$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R$20.200 junto ao Banco Santander S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros a razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014 e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas instituições financeiras.

Eletrobrás

(i) Programa Luz para Todos - 1ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R$10.720, em 2005, R$7.147, em 2006, R$4.788, em 2008, R$3.095 totalizando R$25.750. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

(ii) Programa Luz para Todos - 2ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R$40.631. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

(iii) Programa Luz para Todos - 3º etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que em 2008 foram liberados recursos no montante de R$25.760. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2010 até 30 de março de 2020 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

(iv) Programa Reluz - Contratos diversos firmados com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Ibiraçu, Aracruz, João Neiva, Alfredo Chaves e Santa Maria de Jetibá, no valor contratado de R$17.960, sendo que foram liberados recursos no montante de R$14.085. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Vencimento da primeira parcela em 30 de julho de 2002 e a última em 30 de novembro de 2013. Garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

(v) Programa Reluz - Contratos ECF - 181/2007 firmado com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, no valor de R$85.866, com vencimento da 1ª amortização em 30 de abril de 2010 e a última em 30 de março de 2020. Contrato ECF-2488/2005 firmado com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, no valor de R$214, com vencimento da 1ª amortização em 30 de dezembro de 2008 e a última em 2 de dezembro de 2013. Contrato ECF-2500/2005 firmado com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, no valor de R$294, com vencimento da 1ª amortização em 11 de outubro de 2008 e a última em 2 de dezembro de 2013. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias.

Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Moeda Nacional
Circulante	
2009	28.334
	28.334
Não circulante	
2010	33.678
2011	29.584
2012	29.410
2013	29.402
2014	23.771
2015	10.153
2016	9.179
Após 2016	18.648
	183.825
Total	212.159

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 - Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente os seguintes planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, administrados pelas entidades a saber:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA			3.899	5.868
Assistência médica e seguro de vida	3.835	3.835	40.525	37.444
Total	3.835	3.835	44.424	43.312

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:
(i) Patrocinadora de planos de suplementação de aposentadoria e pensões; e
(ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência médica, Seguro de vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.
Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC 26, do IBRACON. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

19.1 - Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.
A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(120.453)	(124.413)
Valor justo dos ativos	187.553	219.500
	67.100	95.087
Diferimento dos ganhos atuariais acumulados	16.109	(23.928)
Superávit	83.209	71.159

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	Taxas nominais	
Econômicas	2008	2007
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	entre 11% e 11,25% a.a.	11,5% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10% a.a. em 2008, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2007, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015
Inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Fator de capacidade - Salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985	TASA 27
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	T-1 Service Table

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de beneficio definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.
Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação Escelsos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício a Companhia contribuiu com R$2.966 (R$2.780 em 2007).
Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	Plano I	Plano II	Total
Participantes ativos	3	1.073	1.076
Participantes assistidos			
Aposentados e pensionistas	716	191	907
Total	719	1.264	1.983

Em 19 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a incorporação, pela EnerPrev, da gestão do plano de previdência oferecido pela Fundação Escelsos.
O processo de incorporação da Fundação Escelsos pela EnerPrev iniciou-se em novembro de 2006, mediante autorização dos conselheiros da Fundação e de representantes dos participantes e dos assistidos e foi concretizada em 1º de Julho de 2008 através de ata das Fundações Escelsos e EnerPrev e após a obtenção das certidões de registros em cartórios, terá efeitos perante terceiros e, então, a EnerPrev assumirá o controle e iniciará o encerramento das atividades da Fundação Escelsos, com previsão de conclusão para o próximo trimestre. Até que se concluam os trabalhos para que a EnerPrev assuma a gestão, a Fundação Escelsos manterá sua estrutura e atendimento.

19.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 19.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:
• Assistência médica e Seguro de vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia; e
• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.
O passivo atuarial reconhecido nas demonstrações financeiras, líquido das perdas não reconhecidas, no montante de R$48.259, composto como segue:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(57.410)	(64.322)
Perdas atuariais líquidas não reconhecidas	9.151	17.175
Total	(48.259)	(47.147)
Circulante	3.835	3.835
Não circulante	44.424	43.312

A despesa líquida com esses benefícios, a ser reconhecida no resultado de 2008, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	572
Custo dos juros	5.998
Amortização de perda	131
Benefícios pagos	(4.216)
	2.485

19.3 - EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP Energias do Brasil

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005 e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da Patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios: EnerPrev e Bradesco Vida e Previdência S.A.
Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$52.
Esse plano tem a adesão de 50 colaboradores.

20 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2008	31/12/2007
Folha de pagamento	13.414	16.777
INSS e FGTS	2.055	1.341
Total	15.469	18.118

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultado do exercício de 2008.

21 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	31/12/2008	31/12/2007
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.288	1.227
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	7.711	5.371
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.138	5.225
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	29.527	29.554
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	11.834	12.623
Programa de eficiência energética - PEE	13.470	10.012
Taxa de fiscalização - ANEEL	280	305
Total	69.248	64.317

22 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo não circulante					Ativo	
					Baixas	Depósito judicial (Nota 12)	
	31/12/2007	Adições	Pagamentos	Reversão	31/12/2008	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	23.954	4.632	(11)	(1.949)	26.626	27.157	22.852
Cíveis	13.068	2.421	(830)	(7.222)	7.437	565	578
Fiscais	26.255	2.206		(23)	28.438	49.963	49.290
Total	63.277	9.259	(841)	(9.194)	62.501	77.685	72.720

22.1 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

22.2 - Cíveis

Refere-se principalmente a pleitos referentes a danos morais e materiais.

22.3 - Fiscais

(i) Notificações promovidas pelo INSS que exigem o recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R$11.434 (R$10.239 em 2007).
(ii) Questionamento judicial feito pela Companhia sobre a constitucionalidade da aplicação do Seguro de Acidentes do Trabalho - SAT. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R$8.628 (R$7.670 em 2007).
(iii) Auto de infração exigindo o pagamento de diferença de CSLL, por não ter adicionado na sua base de cálculo, relativa ao lucro apurado no exercício de 1995 e nos meses de janeiro a abril de 1996, a despesa correspondente aos encargos de depreciação, amortização ou do custo do bem baixado, correspondente à diferença, em 1990, entre o IPC e o Bônus do Tesouro Nacional - BTNF. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R$8.323 (R$8.323 em 2007).

22.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliadas, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	39.973	32.783
Cíveis	30.150	12.340
Fiscais	41.112	43.626
Total	111.235	88.749

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes questões fiscais e cíveis:
• Imposto de Renda
A Receita Federal exige o pagamento de imposto de renda, relativo ao lucro apurado entre dezembro de 1995 e abril de 1996, oriunda de Auto de Infração FM 00505, que questiona a metodologia que a Companhia adotou para deduzir da base de cálculo do imposto de renda os valores de encargos de depreciação, amortização ou custo dos bens baixados, relativos ao valor da diferença de correção monetária, no período-base de 1990, entre o IPC e o BTNF. O montante estimado para esse risco é de R$19.867 (R$17.663 em 2007).
• INSS
A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia. Essas notificações importam em R$13.289 (R$8.088 em 2007).
• Tributos municipais - Diversas Prefeituras
Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995, supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R$6.942 (R$6.241 em 2007).
• Cíveis - Majoração de tarifa
Ação ordinária processo nº 97.0005229-0, relativo a majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1996. Esses processos totalizam o montante de R$9.854.

23 - Patrimônio líquido

23.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A.

23.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2008	31/12/2007
Lucro líquido apurado no exercício	122.398	118.582
Ajuste de exercícios anteriores	(2.800)	
Dividendos prescritos	50	
Lucro líquido ajustado	119.648	118.582
Constituição da reserva legal - 5%	(5.982)	(5.929)
	113.666	112.653
Destinação do lucro:		
Dividendos		
Dividendos intermediários - JSCP	46.810	49.100
Dividendos complementares	66.856	63.553
Dividendos por ação - JSCP	7,966287	8,356007
Dividendos por ação ordinária	11,377857	10,815577

Através de Assembléia Geral Extraordinária de 3 de outubro de 2008 os acionistas da Companhia aprovaram a proposta do Conselho de Administração da Companhia de distribuição de parcela de lucros retidos, a débito da conta de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R$100.000 tendo sido pago em 10 de outubro de 2008, uma vez que a mencionada parcela cumpriu o objetivo para o qual foi constituída, não mais se justificando a manutenção da retenção desse montante.
Em 23 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$46.810, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

23.3 - Reservas

	31/12/2008	31/12/2007
Reserva de capital		
Juros de obras em andamento	65.687	65.687
Ágio na incorporação da sociedade controladora	35.348	35.348
Total	101.035	101.035
Reservas de lucros		
Legal	42.347	36.365
Retenção de lucros	165.740	265.740
Total	208.087	302.105

23.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados às Assembléias Gerais Ordinárias.

24 - Receita operacional líquida

	Nº de Consumidores (*)		MWh (*)		R$ mil	
Fornecimento de energia elétrica	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Residencial	890.629	856.525	1.587.519	1.490.848	641.219	642.616
Industrial	10.511	10.584	1.055.182	1.056.975	355.738	360.269
Comércio, serviços e outras atividades	94.927	92.274	1.016.116	977.640	414.182	411.216
Rural	137.462	125.921	524.112	482.699	96.051	93.460
Poder público	9.083	8.577	192.811	178.212	76.212	70.635
Iluminação pública	306	278	216.035	211.938	44.117	46.244
Serviço público	1.003	957	167.645	166.800	47.273	47.639
Consumo próprio	130	129	7.944	8.174		
Total do fornecimento faturado	1.144.051	1.095.245	4.767.364	4.573.286	1.674.792	1.672.079
(–) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial					337	(8.192)
Industrial					576	(13.991)
Comércio, serviços e outras atividades					597	(14.507)
Rural					66	(1.595)
Poder público					110	(2.681)
Iluminação pública					26	(633)
Serviço público					68	(1.655)
Consumo próprio					37	(905)
					1.817	(44.159)
(–) ICMS						
Residencial					(162.543)	(162.535)
Industrial					(88.786)	(90.051)
Comércio, serviços e outras atividades					(102.468)	(101.732)
Rural					(3.835)	(3.727)
Poder público					(12.806)	(16.968)
Iluminação pública					(11.028)	(11.561)
Serviço público					(11.666)	(6.445)
					(393.132)	(393.019)
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					1.283.477	1.234.901
Fornecimento não faturado					3.810	2.865
Devolução tarifária					(21.550)	
Modicidade baixa renda					30.192	14.960
Recomposição tarifária					(27.709)	8.069
Outras receitas regulatórias					6.731	(54)
Suprimento convencional	1	1	404.224	376.499	33.493	47.454
ECE e EAEEE					(3)	25.076
(–) ICMS s/ECE e EAEEE						3
					1.308.441	1.333.274
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(1.010.983)	(994.617)
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					216.546	233.365
Total do fornecimento de energia elétrica					514.004	572.022
Disponibilização do sistema de distribuição						
Disponibilização do sistema de distribuição - outros	33	29	3.480.318	3.538.515	290.283	306.484
ICMS sobre disponibilização do sistema de distribuição - outros					(71.088)	(69.517)
Encargo de conexão					999	741
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					1.010.983	994.617
(–) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(216.546)	(233.365)
Outras receitas operacionais					1.014.631	998.960
Energia de curto prazo e Suprimento Leilão					10.992	4.375
Serviços taxados e outros					16.625	12.477
Total outras receitas operacionais					27.617	16.852
					1.556.252	1.587.834
(–) Deduções da receita						
PEE e P&D					(13.010)	(16.825)
CCC					(64.951)	(87.438)
CDE					(63.805)	(72.532)
RGR					(15.512)	(13.692)
PIS e COFINS					(97.787)	(142.585)
ECE e EAEEE - repasse para CBEE					3	(25.078)
ISS					(176)	(148)
					(255.238)	(358.298)
Total	1.144.085	1.095.275	8.651.906	8.488.300	1.301.014	1.229.536

(*) Não auditado

25 - Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras	2008	2007
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Itaipu	147.683						147.683	159.121
Leilão	275.373						275.373	226.997
PROINFA	18.676						18.676	17.131
Energia de curto prazo - CCEE	9.172						9.172	19.829
Outros supridores	153.152						153.152	135.355
Efeito líquido da CVA	58.968						58.968	10.688
Encargos de uso da rede elétrica								
Encargo de uso e conexão	120.411						120.411	138.206
Encargo de serviços do sistema	30.711						30.711	853
Efeito líquido da CVA	(13.271)						(13.271)	15.535
Taxa de fiscalização						3.976	3.976	3.429
	800.875	–	–	–	–	3.976	804.851	727.144
Gerenciáveis								
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		48.021	145		31.839		80.005	90.968
Material		10.541	1.654		1.673		13.868	14.217
Serviços de terceiros		56.487	1.104	6.525	30.990		95.106	98.789
Depreciação e amortização		75.623			1.726		77.349	70.019
Provisão p/créd. liq. duvidosa/ perdas líquidas				8.033			8.033	7.341
Provisões para contingências						64	64	14.988
Aluguéis e arrendamentos		45			1.012		1.057	1.249
Outras		8.065	58	298	13.729	350	22.500	20.819
	–	198.782	2.961	14.856	80.969	414	297.982	318.390
Total	800.875	198.782	2.961	14.856	80.969	4.390	1.102.833	1.045.534

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 - Resultado financeiro

	2008	2007
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	13.310	18.617
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	39.847	29.488
Atualizações monetárias de ativos regulatórios	10.384	17.673
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	881	3.086
Outras receitas financeiras	2.192	5.161
Ajuste a valor presente	(4.957)	(1.134)
	61.657	72.891
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(82.474)	(74.753)
Variações monetárias moeda nacional	(158)	(39)
Variações monetárias moeda estrangeira		29.213
Operações de *swap* e *hedge*		(40.714)
Atualização monetária de passivos regulatórios	37	6.142
Marcação a mercado - MTM		898
CPMF	(288)	(10.246)
Juros sobre capital próprio	(46.810)	(49.100)
Outras despesas financeiras	(11.849)	(6.173)
	(141.542)	(144.772)
Total	(79.885)	(71.881)

27 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	115.299	109.198	115.299	109.198
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(28.825)	(27.300)	(10.377)	(9.828)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(421)	(362)	(152)	(130)
Multas indedutíveis	(7)	(7)	(2)	(2)
Gratificações a administradores	(171)	(246)	(62)	(89)
Provisão para perda - estudos e projetos		(395)		(142)
Provisão para devedores duvidosos	(1.370)	(1.282)	(493)	(461)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	760		278	
Incentivos fiscais	1.023	1.246	108	
Despesa de IRPJ e CSLL	(29.011)	(28.346)	(10.700)	(10.652)

28 - Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da Administração no exercício de 2008, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$3.029, valor composto somente por benefícios de curto prazo.
Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 7 de abril de 2008, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R$3.270, para o período de abril de 2008 a março de 2009.

29 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.
Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2008
Subestações	298.006
Almoxarifado	31.017
Prédios e Conteúdos (próprios)	8.703
Prédios e Conteúdos (terceiros)	6.291
Responsabilidade Civil	5.724
Transporte (materiais)	18.800
Transporte (veículos)	1.300
Acidentes pessoais/Vida grupo	66.933

30 - Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008,e Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros.

30.1 - Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.
Os efeitos da adoção inicial da Deliberação CVM nº 566 encontram-se apresentados na nota 3.1.

30.2 - Riscos operacionais

30.2.1 - Risco de crédito

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado, principalmente, por contas a receber de consumidores que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita à modificação dependendo de decisão de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

30.2.2 - Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui, conforme descrito nas notas 17 e 18, debêntures e contratos de empréstimo e financiamento com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros) e de outras condições. O descumprimento dessas restrições poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas.

30.2.3 - Risco de escassez de energia elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica, em aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termoelétricas. Numa situação extrema, como ocorrido no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

30.3 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Numerário disponível, Aplicações financeiras e Cauções e depósitos vinculados, os quais estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

• Ativos e passivos regulatórios - estão apresentados ao seu custo amortizável que equivale ao seu valor recuperável.

• Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES e Eletrobrás - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia elétrica, indexados a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas.

• Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao Banco do Brasil - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado. O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F.

• Debêntures em moeda nacional - estão contabilizados pelo custo amortizado e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, por se tratarem de emissões de dívida no mercado de capitais com definição na Escritura particular de emissão de debêntures em claúsula específica de vencimento antecipado que caso ocorra o evento, será feito pelo seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido de remuneração devida até a data do efetivo pagamento calculada *pro rata temporis*.

	Valor Justo		Valor Contábil	
	2008	2007	2008	2007
Empréstimo e Financiamento em Moeda Nacional - BNDES e Eletrobrás	110.289	67.227	169.571	70.591
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional - Banco do Brasil e Santander	35.157	39.795	42.588	42.166
Debêntures em Moeda Nacional	522.370	525.215	514.898	513.559

30.4 - Análises de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e cenários IV e V com 25% e 50% de apreciação, respectivamente:

		31/12/2008		
Instrumentos Financeiros	**Risco**	**Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Ativo Financeiro				
Aplicações Financeiras	CDI	4.823	5.950	7.049
Títulos e Valores Vinculados	CDI	2.497	3.081	3.649
Passivo Financeiro				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	16.322	20.259	24.142
Debêntures	CDI	194.107	240.935	285.848
BNDES	TJLP	10.952	13.597	16.208
Referência para (Ativos Financeiros)	**Aumento da taxa em**	**25%**	**50%**	
CDI		12,80%	16,00%	19,20%
Referência para (Passivos Financeiros)	**Aumento da taxa em**	**25%**	**50%**	
CDI		12,80%	16,00%	19,20%
TJLP		6,25%	7,81%	9,38%

		31/12/2008		
Instrumentos Financeiros	**Risco**	**Provável**	**Cenário IV**	**Cenário V**
Ativo Financeiro				
Aplicações Financeiras	CDI	4.823	3.667	2.478
Títulos e Valores Vinculados	CDI	2.497	1.898	1.283
Passivo Financeiro				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	16.322	12.331	10.314
Debêntures	CDI	194.107	146.628	122.637
BNDES	TJLP	10.952	8.270	6.916
Referência para (Ativos Financeiros)	**Diminuição da taxa em**	**25%**	**50%**	
CDI		12,80%	9,60%	6,40%
Referência para (Passivos Financeiros)	**Diminuição da taxa em**	**25%**	**50%**	
CDI		12,80%	9,60%	6,40%
TJLP		6,25%	4,69%	3,13%

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contido no processo utilizado na preparação dessas análises.

30.5 - Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

30.6 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos moeda nacional captados pela Companhia, apresentados na nota 18, são compostos de financiamentos junto à Eletrobrás e BNDES.
Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.
Para as transações financeiras em moeda estrangeira, o risco decorre da possibilidade de incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

31 - Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.
Os gastos de natureza ambiental em 2008 foram de R$6.550 sendo R$6.080 capitalizados no exercício relativos a proteção da biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente e R$470 em contrapartida resultado do exercício relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

32 - Evento Subsequente

Através de Assembléia Geral Extraordinária de 11 de fevereiro de 2009 os acionistas da Companhia aprovaram a proposta do Conselho de Administração da Companhia de distribuição de parcela de lucros retidos, a débito da conta de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R$20.000 tendo sido pago em 13 de fevereiro de 2009.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR
Vice-Presidente

Conselheiros

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS

MIGUEL DIAS AMARO

DANTE SEGUNDO PANCINI POLA

DIRETORIA

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Presidente

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Técnico

THOMAS DANIEL BRULL
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO CÉSAR CORRÊA SOARES
Diretor Comercial

CARLOS YOSHIO MOTOKI
Diretor Operacional

DOREL SOARES RAMOS
Diretor de Regulação

LEONARDO JOSÉ VALLESI
Superintendente de Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gerente de Contabilidade Geral
CRC 1SP137290/O-8 "S"-ES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa Vitória - ES

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1° de janeiro de 2007. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, acima referidas, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, estão sendo reapresentadas nas mesmas bases adotadas para o ano de 2008, para reconhecer os efeitos destas alterações, conforme previsto na Deliberação CVM n° 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 11.638/07 a demonstração das origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 4.2, em decorrência da quarta revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão ocorrida em 6 de agosto de 2007, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em -6,92%. Em decorrência do reajuste tarifário anual de 2008, conforme previsto no contrato de concessão, ocorrido em 5 de agosto de 2008, a ANEEL alterou o percentual da revisão tarifária periódica definida para a Companhia que passou de -6,92% para -4,90%, também em caráter provisório, contudo possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.

20 de fevereiro de 2009

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-ES

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2-S-ES